



TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 577668

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVOLUCRIMENTOS
DE PLÁSTICO
VERIFICAÇÃO POSTAL

seguros de saúde

Sindicatos dos Professores

Fazendo bem as contas, connosco,
a sua saúde e a da sua família
está seguramente melhor.



para mais informações, ligue:
808 2013 41
dias úteis, das 10h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00



FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA

JORNAL DA FENPROF



Federação Nacional dos Professores
Director: Mário Nogueira | n.º 218 | Junho/Julho 2007 | 0,50 Euros

“Governo desfere
novo ataque aos sindicatos
confirmando a sua matriz
antidemocrática”

Secretário-Geral da FENPROF
desmonta alterações à legislação sindical

pág. 23



“PRECARIEDADE E DESEMPREGO PROFESSORES NA MIRA DO GOVERNO

■ Governo ameaça com novo congelamento
FENPROF repudia o roubo de mais tempo
de serviço *pág. 22*

■ “Municipalização, até onde?”
A descentralização do sistema educativo e da sua administração
exigem a criação de Conselhos Locais de Educação *pág. 18*



Propriedade, Redacção e Administração

Federação Nacional dos Professores
Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA
Tels.: 213819190 - Fax: 213819198
E-mail: fenprof@fenprof.pt
Home page: <http://www.fenprof.pt>

Director: Paulo Sucena

Chefe de Redacção: Luís Lobo
luis.lobos@spzs.pt

Conselho de Redacção: António Avelãs e Manuel Grilo (SPGL), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), João Sousa (SPM), Luís Lobo (SPRC), Manuel Nobre (SPZS)

Coordenação: José Paulo Oliveira
jpo@sapo.pt

Página e Gráfico: Tiago Madeira

Composição: FENPROF

Revisão: Inês Carvalho e Luís Lobo

Impressão: SOCTIP - Sociedade Tipográfica, S.A.
Estrada Nacional, nº 10, km 108.3 - Porto Alto
2135-114 Samora Correia
Tiragem média: 67.500 ex.
Depósito Legal: 3062/88
ICS 109940

O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redacção reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Sindicatos membros da FENPROF



SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA
R. Fialho de Almeida, 3 - 1070-128 Lisboa
Tel.: 213819100 - Fax: 213819199
E-mail: spgl@spgl.pt
Home page: www.spgl.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE
Edif. Cristal Park
R. D. Manuel II, 51-3º - 4050-345 Porto
Tel.: 226070500 - Fax: 226070595
E-mail: geral@spn.pt
Home page: www.spn.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO
R. Lourenço Almeida de Azevedo, 20
3000-250 Coimbra
Tel.: 239851660 - Fax: 239851666
E-mail: sprc@sprc.pt
Home page: www.sprc.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA SUL
Av. Condes de Vil'Alva, 257
7000-868 Évora
Tel.: 266758270 - Fax: 266758274
E-mail: spzs.evora@mail.telepac.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO AÇORES
Av. D. João III, Bloco A, Nº 10
9500-310 Ponta Delgada
Tel.: 296205960 - Fax: 296629698
Home page: www.spra.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA
Edifício Elias Garcia, R. Elias Garcia,
Bloco V-1º A - 9054-525 Funchal
Tel.: 291206360 - Fax: 291206369
E-mail: spm@netmadeira.com
Home page: www.spm-ram.org

SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTRANGEIRO
Sede Social: Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 Lisboa
Tel.: 213833737 - Fax: 213865096
E-mail: spfenprof@hotmail.com
Home page: www.spfenprof.org

Carta ao Director

Não, não venho embalado de uma aula de inglês do primeiro ciclo (AEC's), trata-se de um revivalismo a um clássico do início da década de oitenta (séc. XX). Quem não se lembra do filme *The Wall*? o tal que foi crescendo, tijolo a tijolo, dia após dia, até ser derrubado em minutos.

Será que aqueles alunos que eram formatados em seres sem sentimentos ou expressão facial, agora quase trinta anos depois, ainda mantêm o espírito livre e o pensamento justo e democrático de quem colaborou no derrube de um muro? Ou ao tornarem-se adultos "modernos", alteraram a sua postura?

Vejamos o seguinte exemplo, que poderia dar um bom guião para o título deste artigo:

O Ministério da Agricultura foi pioneiro a colocar trabalhadores no chamado regime de mobilidade especial (envolvendo numa fase inicial cerca de 3500 pessoas), uma espécie de "balão de ensaio" do ataque que o Governo preparou nos gabinetes contra toda a Administração Pública. Esta primeira onda da ofensiva (por vezes apelidada de "reestruturação...") começou pela Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, que só nesta Direcção Regional dispensou perto de um terço dos seus funcionários.

Esta "reestruturação" além de estar a ser mal aplicada, é injusta e discricionária, segue por mau caminho, que está a provocar clivagens, a gerar total desmotivação e a comprometer o desempenho actual e futuro dos serviços no seu relacionamento com o sector. O Governo, a pretexto de concretizar as orientações definidas pelo PRACE e de aplicar outras medidas que andou a preparar no ano



passado, designadamente a Lei da Mobilidade, tem em marcha um plano gigantesco que visa lançar no desemprego várias dezenas de milhar de funcionários públicos. Ao mesmo tempo extingue organismos e encerra serviços retirando direitos às populações, a campanha de (des) informação da opinião pública tem feito passar a (falsa) ideia que há trabalhadores a mais em toda a Administração Pública, atacando, assim, os utentes e os seus direitos, a população e a Constituição da República.

A perspectiva que se oferece aos trabalhadores que são empurrados para a "mobilidade especial", é a instabilidade, a insegurança, a inactividade forçada e a redução salarial.

Então e agora? Como ficamos nós, os docentes. Isto é só para os outros ou também nos calha?

Devemos (todos) contestar e denunciar estas medidas, ou ficar só pelas conversas de corredor e colocar a tal máscara branca do filme *The Wall* e ir permitindo dia após dia another brick in the wall? ■

SUMÁRIO

6

Precariedade no Ensino
A história julgará estes políticos!

8

6 de Julho – Feira do Desemprego Docente
Docentes desempregados: uma opção fatal para o País!
João Louceiro

9

Administração Pública
Governo impõe mudanças à margem de qualquer negociação
Henrique Borges

10

Concurso de acesso a Titular
Governo pretende poupar à custa dos professores

13

Greve Geral
Muitas escolas encerradas em todo o País

14

Administração e Gestão Escolar
O fim dos "superdirectores"?
Manuela Mendonça

18

Seminário – "Municipalização, até onde?"
A descentralização do sistema educativo e da sua administração exigem a criação de Conselhos Locais de Educação

22

Em Foco
FENPROF repudia o roubo de mais tempo de serviço

24

Conselho das Escolas
Para legitimar políticas?

29

Dia Internacional contra o trabalho infantil
FENPROF reclama respeito pelos direitos das crianças

Marquês de Pombal - Assembleia da República

**MANIFESTAÇÃO
NACIONAL**
12 de Julho, 15h



16, 17 e 22

**Contra
o desmantelamento
da Administração
Pública**

**CONTRA A INSTABILIDADE
LABORAL**

A participação dos Professores
nesta Manifestação é fundamental.
Não há um único professor,
educador, investigador que possa
estar descansado com o seu futuro.
Eles estão a desenhá-lo a carvão
e as sombras predominam.
Fica o apelo! Fica o alerta.
Qualquer distracção será fatal

12 de Julho – Lisboa

ACONTECEU

Acção, Luta, Iniciativa

Tome nota!

Maio

Dia 30

Greve Geral

No dia 30 de Maio os trabalhadores portugueses realizaram uma das maiores greves gerais. No sector da educação, feitas as contas, cerca de milhar e meio de escolas encerraram. Muitos sectores vitais do país paralisaram. Apesar da contrapropaganda bem montada do Governo e das medidas autoritárias de tentar impedir trabalhadores de fazer greve.

Junho

Dia 4

Mais de 30.000 contra a fractura

Os sindicatos da Plataforma entregaram no Ministério da Educação mais de 30.000 assinaturas contra a fractura da carreira docente. À porta do ME, dirigentes sindicais viveram um momento ímpar com a polícia a querer identificar os presentes e o Ministério a não querer receber as assinaturas.

Dia 6

Greve das Técnicas Especiais

Professores da Soares dos Reis e da António Arroio fizeram greve pelo direito ao emprego e a um quadro, perante a inoperacionalidade do Governo. Pouco tempo depois o ME estava a apresentar uma proposta que responde a parte das reivindicações destes docentes. Vale a pena lutar!

Dia 8

Seminário sobre a Municipalização

A FENPROF realizou o anunciado Seminário sobre a Municipalização, com a participação de António José Seguro (Comissão Parlamentar de Educação), Maria José Viseu (CONFAP), e representantes de todos os Grupos Parlamentares. A ANMP, pela proximidade do seu Congresso, onde esta matéria era objecto de discussão, optou por não comparecer. A FENPROF aprovou uma Recomendação.

Maio e Junho

Mês de luta pelo ensino superior e a carreira

Desenvolveu-se por todo o país uma vasta campanha de debate e de esclarecimento, promovida pelos Sindicatos da FENPROF e pela própria Federação com o SNESup. Nos diversos plenários que se realizaram por todo o país participaram dezenas de professores e investigadores.

AGENDA Não desistir. Agir!

Julho

Dia 5

Contra a precariedade e a flexigurança

Convocada pela CGTP-IN, realiza-se uma importante Manifestação Nacional de rejeição da flexigurança e de exigência de medidas concretas que combatam o desemprego e a precariedade. Os professores estarão presentes, sendo uma das profissões mais atingidas por este flagelo, numa acção que prevê a participação de 10.000 trabalhadores de todo o país.

Dia 6

Feira do Desemprego

Como forma de denunciar junto da opinião pública a situação muito

grave de desemprego docente, atingindo já, confirmadamente mais de 40.000 professores e educadores profissionalizados, a FENPROF vai realizar uma Feira do Desemprego, em Lisboa. Debates, depoimentos públicos de personalidades, acção e animação de rua, durante todo o dia, envolvendo docentes de todo o país

Dia 12

Manifestação dos Trabalhadores da Administração Pública

O regime de vínculos, carreiras e remunerações aprovado em Proposta de Lei pelo Conselho de ministros, encontra-se agora em debate público. No dia 19 de Julho, previsivelmente, será aprovado. Esta manifestação entre o Marquês de Pombal e a Assembleia da República é muito importante para defesa do emprego.



EDITORIAL

■ Mário Nogueira (Secretário Geral da FENPROF)



O ME é parte do problema!

A FENPROF há muito que deixou de confiar na capacidade técnica e na competência política da actual equipa ministerial. Por essa razão, também já há muito tempo que decidi exigir a sua demissão. Não por, ingenuamente, pensar que, com a equipa, iria a política, mas por entender que o discurso e a prática dos seus responsáveis agravam ainda mais uma política já de si muito gravosa. Por estes governantes, os professores têm sido tratados como inimigos, os dirigentes sindicais como malfetores, as leis como simples referências e a negociação é palavra vã...

Cedo se percebeu a matriz não-democrática da actual governação. Na Educação nem foi necessário que passassem os habituais cem dias de estado de graça para se entender que a equipa que a governava não era dada a relações institucionais democráticas e nutria pouco respeito pelos outros (o afastamento da APM é apenas o exemplo mais recente...).

Os episódios sucedem-se e muitos são inesquecíveis: as ameaças sobre os professores e os órgãos de gestão das escolas nos dias que antecederam a greve de Junho de 2005; a história dos 6 milhões de faltas no dia 17 de Novembro de 2005, primeiro de dois dias de greve dos docentes; a chantagem sobre os dirigentes sindicais em plena revisão do ECD; os sucessivos dislates contra os professores, responsabilizados por tudo o que de pior ocorre no sistema, do abandono e insucesso escolares ao mau funcionamento das escolas; as injúrias e mentiras que sobre os professores se têm lançado, acusados de deterem ilegítimos privilégios...

A par desta campanha difamatória contra os professores, foram muitas as

medidas impostas que cercearam ou liquidaram direitos, por vezes recorrendo a ilegalidades bastando, para tal, que o resultado conviesse ao ME. De facto, o "quero, posso e mando" instalou-se no Ministério da Educação e sempre que foi necessário cometer ilegalidades para prosseguir objectivos políticos, cometeram-se. O ME nunca hesitou em tripudiar quadros legais em vigor, alguns muito recentes, fazendo deles letra morta para que vivos permanecessem os objectivos políticos e as conveniências conjunturais.

Por essa razão, a FENPROF avançou com um conjunto de processos em Tribunal, que mantém, pelos quais contesta inúmeras medidas impostas à revelia dos normativos legais. Concursos, despachos ministeriais de organização e funcionamento das escolas nos dois últimos anos lectivos, substituições, acesso a "titular", são apenas alguns exemplos.

São processos morosos, todos sabemos, mas quando produzem resultados mais fácil se torna perceber a arrogância e prepotência de governantes que se julgam endeusados e, por isso, acima das regras do Estado Democrático e de Direito.

É neste quadro que o recente acórdão do Tribunal Constitucional sobre o despacho que permitiu a repetição de alguns exames do ensino secundário a parte dos alunos, assume particular importância. Na altura, grupos parlamentares e todos os parceiros educativos que se pronunciaram, destacando-se a FENPROF e a CONFAP, consideraram a decisão injusta para milhares de alunos, e o despacho ilegal. Todavia, Ministra e Secretários de Estado assumiram politicamente a decisão e, na Assembleia da República, rebateram todos os argumentos apresentados pelas diversas bancadas parlamentares.

Nas galerias, as organizações que intervêm mais directamente na Educação marcaram presença, entre elas a FENPROF.

Conhecido o acórdão do Tribunal Constitucional, a equipa ministerial não pode "assobiar para o lado", pois o que fez foi gravíssimo: milhares de jovens foram irremediavelmente prejudicados na sua vida de estudantes e, também, de cidadãos.

Tendo o ME assumido politicamente uma decisão inconstitucional, que não corrigiu in tempore, e sendo este o desfecho da questão, muito preocupante seria se, num Estado Democrático e de Direito, como o nosso, não existissem consequências políticas. Mais preocupante, ainda, quando se ouviu a ministra afirmar que, apesar do Acórdão, voltaria a fazer o mesmo. Noutras democracias, por certo mais consolidadas, teria sido a própria equipa ministerial a demitir-se de imediato ou, caso não o fizesse, o chefe do Governo não hesitaria em demiti-la.

Estas e outras situações, que têm sido férteis, fizeram com que todos já tivéssemos compreendido que, vivendo a Educação diversos problemas graves que se arrastam há muito tempo, a actual equipa ministerial é mais um problema, e dos graves, que se acrescentou aos restantes. Daí que, desde há muito, a FENPROF tenha assumido que a substituição da actual equipa ministerial seria um passo importante para dar outro rumo à Educação. Uma posição que, unanimemente, foi reiterada no 9.º Congresso da FENPROF...

Por acreditar que, apesar de alguns ataques que tem sofrido, a nossa Democracia ainda vive, também creio que, mais cedo do que tarde, este sério problema – que é a actual equipa do ME – estará resolvido. A bem da Educação... ■

Precariedade em vários tons

A História julgará estes políticos!

Alvo principal do ataque do Governo à Administração Pública e à Educação, os trabalhadores e, entre eles, de forma muito evidente, os professores e educadores, são hoje alvo de uma situação de precariedade, sem paralelo na história do País. Vive-se na Educação o regime da ameaça constante, da falta de respeito, da insegurança, da imposição, da instabilidade, do quero, posso e mando, transformado em ideologia para uso da cadeia hierárquica: duma directora regional à ministra, passando pelos secretários de Estado. Não se respeita a dignidade profissional e social do docente mais jovem ou do que se candidata a titular. Ou do que legitimamente se ia aposentar, após muitos anos de dedicação profissional.

Diz-se que o ME não é agência de emprego. Diz-se que "uma quota de 50 por cento nas categorias do 8º e 9º escalões (para o concurso a titular) é muitíssimo generosa e os professores sabem isso"...

Encerram-se escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico a torto e a direito, e diz-se, orgulhosamente, que se mais não se fizesse, isso já seria nota máxima para uma legislatura governativa... Deixam-se na angústia os docentes com redução da componente lectiva por doença. Exploram-se os professores que corrigem provas de aferição. Faz-se da tentativa de destruição da actividade

sindical e da calúnia contra os sindicatos e contra os dirigentes sindicais um ponto central da filosofia dum Ministério e dum Governo...

Como é possível tanta insensibilidade e tanta incompetência, em tão curto espaço de tempo?

Nestes dois anos, os docentes viram-se espoliados do seu tempo de serviço, aumentou a mais do que escandalosa taxa de desemprego docente, foram impostas regras inaceitáveis para a duração e organização dos horários que não têm em conta a especificidade da profissão e agravaram-se as condições de aposentação de profissionais que, reconhecida-mente, estão sujeitos a um elevado desgaste físico e psicológico, lembra o Plano de Acção aprovado no 9º Congresso Nacional dos Professores, realizado em Abril, em Lisboa, que acrescenta:

"Neste período negro, foram também alteradas as regras dos concursos (hoje menos transparentes e causadoras de maior instabilidade e precariedade), as condições de trabalho nas escolas deterioraram-se, os casos de indisciplina e de violência exercida sobre os professores tornaram-se mais frequentes, a formação de professores e educadores foi adulterada e a carreira dos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário (ECD) foi praticamente liquidada e substituída por uma espécie de regime penal da carreira, o "ECD do ME".

Não esquecendo que o ataque desferido contra as carreiras profissionais é apenas parte de uma ofensiva mais vasta contra todos os trabalhadores da Administração Pública e contra a Escola Pública, e na certeza de que esta política e estes políticos acabarão por ser derrotados, os próximos anos, como garantiu o 9º Congresso, "serão marcados por uma forte luta de todos os docentes, procurando reconstruir e dignificar a profissão que tem sido autenticamente



Os próximos anos, como garantiu o 9º Congresso, "serão marcados por uma forte luta de todos os docentes, procurando reconstruir e dignificar a profissão que tem sido autenticamente vilipendiada, em palavras, actos e omissões pelo Governo liderado por José Sócrates", o mesmo que em campanha partidária interna anunciou um Prémio nacional, alegadamente para distinguir o melhor professor... Desta nem o diabo se lembraria!

vilipendiada, em palavras, actos e omissões pelo Governo liderado por José Sócrates", o mesmo que em campanha partidária interna anunciou um Prémio nacional, alegadamente para distinguir o melhor professor... Desta nem o diabo se lembraria!... | JPO ■

Melhoria da qualidade das respostas educativas exige do Governo uma atitude de diálogo com os actores no terreno

Para a FENPROF, o conceito de estabilidade não se prende com qualquer atitude de aversão à mudança, acusação feita recorrentemente aos professores e às suas organizações representativas

Destacando que muitas das "alterações que se têm produzido de forma acelerada" ocorrem através de "processos precipitados, em que tem predominado uma ausência completa de abertura ao diálogo e à negociação", o **Plano de Acção** aprovado no Congresso Nacional dos Professores recorda que "as mudanças em catadupa vão desde os aspectos curriculares a questões relativas à formação de professores, à organização e funcionamento das escolas", passando pelos "horários de trabalho e reordenamento da rede escolar".

Em todas estas matérias regista-se "a mesma postura de imposição, da qual está ausente a avaliação rigorosa do que está para trás, da experiência ou experiências que as escolas possam ter realizado, no sentido de corrigir o que não está bem, de

potenciar o que seja avaliado como positivo", observa a FENPROF.

Um Governo que desperdiça este decisivo capital humano...

Contrariando todos os estudos que confirmam que o maior factor de stress na profissão docente se prende com as sucessivas mudanças no exercício profissional e no processo educativo, o Ministério da Educação tem feito alarde de uma alegada "veia reformista" que se tem traduzido essencialmente na acumulação de factores de instabilidade dos professores, alertou o 9º Congresso.

A FENPROF reafirma que a melhoria da qualidade das respostas educativas exige do Governo "uma atitude de diálogo com os actores no terreno, de disponibilidade para os ouvir, de conhecimento dos seus anseios, de congregação de esforços para superar as dificuldades que todos pretendem ultrapassar."

"O Governo é o primeiro e o único responsável por desperdiçar esse capital humano fundamental para enfrentar os desafios que se colocam ao sistema educativo, lançando sinais para a sociedade de descrença e desconfiança pelo trabalho das escolas e dos professores", regista a Federação.



Considerando urgente a inversão deste rumo, a FENPROF salienta que é "necessária estabilidade aos vários níveis do processo educativo, para que os professores sejam encarados, não como o problema, mas como parte imprescindível da solução para os problemas que a Educação hoje enfrenta." ■

Propostas concretas de combate ao desemprego, à precariedade e à instabilidade

O combate ao desemprego docente, à precariedade e à instabilidade surge na acção quotidiana da FENPROF como prioridade fundamental, que exige dos responsáveis políticos a aplicação de medidas que garantam mais qualidade ao ensino e, simultaneamente, promovam o emprego, estável, com direitos e com responsabilidade, como sublinha a resolução sobre a acção reivindicativa ("*Com os Professores e Educadores, a luta faz a diferença!*") aprovada em Abril passado, em Lisboa, no 9º Congresso Nacional dos Professores

O reforço da resposta pedagógica às diferentes situações que se vivem nas escolas, a diminuição do número de alunos por turma, a constituição de equipas educativas e a reorganização do 1º Ciclo do Ensino Básico, a redução da idade para a aposentação, o respeito pela legislação relativa à integração de alunos com necessidades educativas especiais nas escolas públicas, são apenas **algumas** das medidas que contribuirão decisivamente para a elevação da qualidade do ensino e que, ao mesmo tempo, promoverão o emprego docente, como sublinha aquela resolução. Existem soluções. Existe da parte da FENPROF total abertura para negociar, em clima de responsabilidade e de coerência. O que é que falta, afinal? ■

6 de Julho — Feira do Desemprego Docente

Docentes desempregados: uma opção fatal para o país!

■ João Louceiro (*Membro do Secretariado Nacional da FENPROF*)

Insistimos: Portugal precisa do trabalho de mais professores e educadores! A conhecida caracterização de algumas das maiores dificuldades que o país enfrenta mostra que há muito, mesmo muito!, por fazer na área da Educação. Muitos dos problemas estruturais graves de que padece têm algumas das suas raízes na perpetuação de insuficiências ao nível do sistema educativo.

Os níveis de insucesso e de abandono escolares permanecem como gritantes condicionamentos ao desenvolvimento social, económico e cultural. A recorrente constatação da falta de qualidade das aprendizagens promovidas nas escolas tem sido, quase sempre, apenas disfarçada com medidas populistas ou que mais não fazem do que promover um sucesso escolar meramente estatístico. O profundo atraso ao nível das qualificações académicas e profissionais da população activa é um dos factores que acorrenta Portugal a modelos de "desenvolvimento" centrados em mão-de-obra barata. As baixas qualificações dos

próprios empresários, em média inferiores às dos trabalhadores, são um dos garrotes do desenvolvimento económico português. Já em pleno século XXI, o analfabetismo mantém-se como uma chaga de pesadas consequências pessoais e sociais.

Portugal tem (por enquanto, já que, tratados como têm sido pelos governos, poderá não faltar muito para que a situação se inverta sem remédio!) milhares de profissionais altamente qualificados, decisivos, para ajudar a enfrentar de forma séria e eficiente aqueles constrangimentos. Neste país, é incompreensível - escandaloso! - que dezenas de milhares de professores e educadores sejam empurrados para o desemprego, desperdiçados noutros trabalhos em que vão procurando sobreviver, forçados a situações de crescente precariedade. E o futuro do país comprometido à míngua do contributo que eles podiam dar...

O então primeiro-ministro Durão Barroso, comentava os números do desemprego docente com a boçalidade de que o seu governo não era agência de emprego...

Já com o actual governo, a ministra da Educação repetiu a "graçola", numa cabal demonstração de insensibilidade política e humana, face às verdadeiras necessidades do país. É esta continuidade das políticas, agravada a cada passo, que faz com que o desemprego e a precariedade se constituam no desnecessário e incompreensível drama que são entre os docentes.

Lurdes Rodrigues já anunciou que no próximo ano lectivo serão 5000 a 5500 docentes a mais no desemprego. Este parece ser um dos "trunfos" da governação que Sócrates e Lurdes Rodrigues têm para apresentar ao país... Em contraposição, tardam os saltos qualitativos que, para serem verdadeiros e não demagógicos, terão de passar por inequívocos investimentos também nos recursos humanos na Educação. Sem mais professores e educadores envolvidos na melhoria da Educação, a qualidade continuará a ser pouco mais do que um lugar comum da retórica política, uma meta abandonada em cada momento após a sua promessa.

Portugal precisa de outras políticas. As que se exigem na área da Educação resultariam, também, em mais e melhor emprego para os professores e educadores. No dia 6 de Julho, é isto que vai ser reavivado, perante a sociedade portuguesa, na "FEIRA DO DESEMPREGO DOCENTE" que a FENPROF promove em Lisboa. É que não podemos deixar de insistir: o desemprego docente não é mesmo uma fatalidade; está a ser é uma opção fatal para o país! ■

Mais flexibilidade do que segurança



Como a CGTP-IN tem vindo a chamar a atenção, a **Flexigurança** é uma matéria que exige da parte dos trabalhadores uma preocupação especial, uma vez que, com este "pretexto", tão do agrado do Primeiro Ministro e do Governo, o

que se pretende, realmente, é "pôr em causa o princípio da proibição do despedimento sem justa causa, acentuando e legitimando a precariedade do trabalho. Esta foi uma das notas salientes do debate que a Central realizou no passado dia 21 de Junho, em Lisboa, com a participação de diversos convidados, incluindo investigadores universitários, juristas e dirigentes sindicais. A intervenção de encerramento esteve a cargo de Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da *Inter*. O debate registou a presença de membros dos Sindicatos da FENPROF. | JPO ■





Administração Pública

Governo impõe mudanças à margem de qualquer negociação

■ Henrique Borges (Membro do Secretariado Nacional da FENPROF e da Direcção do SPN)

No dia 4 de Maio, o Governo apresentou à Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública uma "proposta de lei que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas" e outra "que institui o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP)", a submeter à Assembleia da República, mas já aprovadas na generalidade em Conselho de Ministros, para posterior "negociação e consultas".

O facto de o Conselho de Ministros ter aprovado as duas propostas de Lei, ainda que só na generalidade, antes de qualquer negociação com os sindicatos, revela, por si só, falta de respeito pelas regras da negociação colectiva e constitui mais uma manifestação da atitude anti-negocial que a equipa de José Sócrates tem vindo a adoptar na sua governação.

A alteração do actual vínculo de nomeação e a mudança nas perspectivas de carreira da generalidade dos trabalhadores da Administração Pública, a par da subordinação da sua evolução profissional e das remunerações respectivas às disponibilidades financeiras dos serviços, bem como a manutenção de quotas na avaliação do desempenho e a possibilidade de instauração de processos disciplinares dela decorrentes para averiguar da existência de motivos para despedimento, corporizam as linhas fundamentais da política económica e social do governo vertidas nas propostas de lei, que, obedecendo à cartilha neoliberal, subvertem todo o sistema de relações

de trabalho existente na Administração Pública e contribuem para tornar mais incerto o futuro da esmagadora maioria dos portugueses.

A "negociação" do projecto de Lei sobre "regimes de vinculação, carreiras e remunerações", ficou concluída no passado dia 12. O modelo e o tempo de negociação

Não é estranha a este processo "negocial" a intenção do Governo de desferir mais um rude golpe no movimento sindical representativo dos trabalhadores da Administração Pública, procurando fragilizar a sua capacidade de intervenção

impostos pelo Governo transformaram este processo num simulacro de negociação, desrespeitando de modo evidente a Lei 23/98 de 26 de Maio (Lei da Negociação Colectiva). De igual modo, o Governo recusou dar o prazo de 30 dias, que o Código de Trabalho prevê para o sector privado (nº1 do artigo 545) para a Frente Comum poder apresentar uma contraproposta escrita e devidamente fundamentada sobre o projecto de Lei em causa. É como se os mais

de 750.000 trabalhadores da Administração Pública não tivessem quaisquer direitos e fosse possível ao empregador, neste caso o Governo, impor, em nome de um falso interesse público e a seu bel-prazer, tudo o que quisesse.

O mesmo se irá passar, estou certo disso, com o processo "negocial", iniciado no passado dia 20 de Junho da "proposta de lei que institui o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP)", e para o qual o governo propôs/impôs mais duas reuniões "negociais" a realizar nos dias 26 de Junho e 3 de Julho. Diploma que, mesmo depois de aprovado e tal como irá suceder com o diploma dos vínculos, carreiras e remunerações, irá ser aplicado à actividade docente, com as imprescindíveis adaptações.

Não é estranha a este processo "negocial" a intenção do Governo de desferir mais um rude golpe no movimento sindical representativo dos trabalhadores da Administração Pública, procurando fragilizar a sua capacidade de intervenção. Só nos Sindicatos dos Professores o Governo pretende impor uma redução de cerca de 80% no número de dirigentes com direito a créditos sindicais. É um comportamento antidemocrático e ilegal do Governo, que não pode deixar de ser considerado em articulação com a sua intenção de impor aos trabalhadores da Administração Pública as gravosas medidas atrás referidas e de que não há memória desde o fim do fascismo. ■

Governo pretende poupar à custa dos professores

Se o Ministério da Educação tivesse respeitado a lei e tido em conta o número 3 do Artigo 26.º do ECD (Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro), que estabelece que a dotação dos quadros de professores titulares corresponde a 1/3 do número total de docentes nos quadros dos agrupamentos e escolas não agrupadas, todos os que se encontram em condições de concorrer a titular teriam vaga, uma vez que os docentes do 10.º escalão não ocuparão lugar de quadro. Mas o ME não quis que fosse assim. Abriu menos de metade das vagas que, por lei, deveria abrir, e deixará mais de 20.000 docentes de fora. Esse será o resultado de um concurso que contém normas de duvidosa constitucionalidade, de duvidosa legalidade e que provocará tremendas injustiças que atingirão milhares de docentes.

É assim que abre a declaração lida e comentada na conferência de imprensa que a Plataforma Sindical dos Professores realizou em Lisboa, no primeiro dia do concurso de acesso a professor-titular. O porta-voz da Plataforma e secretário-geral da FENPROF teve ainda oportunidade de responder a diversas questões colocadas



pelos jornalistas, entretanto convidados a acompanharam a delegação sindical que se dirigiu à 5 de Outubro para entregar o Abaixo-Assinado que recolheu 30 mil assinaturas de docentes de todo o País, contra a fractura da carreira imposta pelo Governo e pelos actuais dirigentes políticos do Ministério da Educação. "Este concurso, segundo números do ME, abre 18.563 vagas havendo 38.400 docentes em condições de concorrer, a que acrescem 22.500 que já se encontram no 10.º escalão. Contas feitas, ficarão de fora do acesso à categoria de professor titular acima de 20.000 professores e educadores. Contas comparadas, um número que deverá aproximar-se do de "horários-zero" que em Setembro poderá surgir", realçou o dirigente sindical. Aqui fica a declaração apresentada aos profissionais da comunicação social:

O Ministério da Educação não quer assumir a verdade e afirma que este concurso para professor titular se destina a "dotar as escolas, a partir do início do próximo ano lectivo, de um corpo de docentes com mais experiência, mais formação e mais autoridade que assegurará as funções de enquadramento, coordenação e supervisão." Só que não é esse o objectivo pretendido!

Em Setembro próximo, os professores, nas escolas, serão quase os mesmos (segundo o ME vários milhares de contratados ficarão no desemprego e alguns docentes aposentar-se-ão), só que, nesse momento, estarão divididos em 3 grupos:

- O dos professores titulares que progredirão até ao topo da nova carreira, igual à anterior, e terão prioridade na distribuição de serviço lectivo;
- O dos professores que só excepcionalmente atingirão os três patamares salariais mais elevados, independentemente do seu mérito e do seu desempenho profissional;
- O dos professores que ficarão numa situação atípica depois deste concurso: não progredirão na carreira, terão o conteúdo funcional dos "professores", mas terão um salário que corresponde ao de um dos escalões da categoria de titular (poderá ser do 1.º, do 2.º ou do 3.º), uma vez que aí se encontram.

Os professores titulares não correrão o risco de ser "supranumerários" porque o ME já informou as escolas que, como acima se referiu, estes docentes ganharão prioridade na distribuição de serviço lectivo. Para além do serviço lectivo, os professores titulares terão, ainda, de concentrar em si todos os

cargos e funções a desempenhar na escola, de garantir a orientação de estágios, de acompanhar o período probatório de outros colegas, de avaliar os que se mantêm na categoria de professor. Como contrapartida, terão acesso aos mesmos índices salariais a que já antes tinham acesso, embora, agora muito mais tarde. A sua avaliação dependerá da Inspeção.

Os professores também dificilmente ficarão sem serviço lectivo distribuído porque são os que têm um salário mais baixo e, nos 2.º e 3.º Ciclos, bem como no Ensino Secundário e na Educação Especial, uma componente lectiva mais longa.

Os restantes docentes, aqueles que já estando nos três escalões de topo não acederam à categoria de titular (por falta de vaga ou de pontos), deixarão de progredir na carreira, sendo de acreditar que nada mais lhes acontecerá. É o que se retira dos compromissos assumidos publicamente pelo Secretário de Estado Adjunto e da Educação, bem como pela Ministra da Educação (neste caso, na Assembleia da República). Ambos garantiram que nenhum docente será abrangido pelo regime de mobilidade especial, vulgarmente conhecido por "regime de supranumerários". Se este compromisso, público e político, não for honrado, denunciaremos a sua atitude hipócrita, acusá-los-emos de mentir, lutaremos até ao limite em defesa dos direitos dos professores e educadores e exigiremos a demissão daqueles governantes. Aliás, numa situação dessas, não lhes restaria outra alternativa!

Milhares de docentes serão injusta e ilegalmente discriminados

Em qualquer dos 3 grupos de docentes que identificámos, encontraremos professores e educadores com as melhores provas dadas, com um elevado e reconhecido mérito profissional, sendo que, milhares deles, estarão a ser vítimas de profundas injustiças, algumas resultando das ilegalidades contidas no próprio regime de concurso, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio. Eis algumas das consequências:

- Os docentes do 10.º escalão com 94 pontos não acederão à categoria de professor titular. Contudo, em escalões inferiores, outros docentes menos pontuados terão acesso se conseguirem "entrar" nas vagas criadas (esta situação poderá surgir dentro da mesma escola ou agrupamento);

- Já entre escolas se repetirá a situação, neste caso, mesmo entre docentes dos mes-



O que mais chocou os dirigentes dos sindicatos da Plataforma Sindical, no momento da entrega de 30.000 assinaturas contra a fractura da carreira, foi o facto de a PSP ter identificado os presentes pela simples razão de quererem entregar um abaixo-assinado. Sinal dos tempos?!

mos escalões, pois o acesso às vagas dar-se-á com pontuações muito diferentes;

- Há docentes que têm um currículo profissional riquíssimo, mas que serão preteridos por não terem as funções e os cargos desempenhados nos últimos 7 anos lectivos, mas ao longo dos 20 ou 30 anos restantes;

- Há docentes com os mesmos graus académicos de outros (mestrado ou doutoramento) que não verão reconhecido esse grau (15 ou 30 pontos, respectivamente), porque o obtiveram antes de se encontrarem na carreira;

- Serão gravemente penalizados docentes por, em mais de 2 dos últimos sete anos, terem estado em situação de doença e/ou em outra situação equiparada a serviço efectivamente prestado;

- Os docentes bacharéis, ainda que tenham um currículo profissional riquíssimo nos últimos 7 anos e, por exemplo, presidam hoje ao conselho executivo da sua escola, estão impedidos de concorrer (podendo, no entanto, ser aproveitados pelo ME para integrarem as comissões de certificação e os júris deste concurso, em substituição de outros colegas);

- Os docentes que, por razões de doença, se encontrem com dispensa de componente lectiva, ainda que parcial, estão impedidos de concorrer, apesar de, em Setembro, já se encontrarem ao serviço com horário pleno (podendo, no entanto, ser aproveitados pelo ME para integrarem as comissões de certificação e os júris deste concurso, em

substituição de outros colegas). Por outro lado, um colega que tenha estado na mesma situação, mas, em anos anteriores, poderá candidatar-se;

- Os professores que deveriam ter mudado do 7.º para o 8.º escalão em Janeiro de 2007, o que não aconteceu devido à prorrogação do "congelamento" do tempo de serviço, estão impedidos de concorrer (podendo, no entanto, ser aproveitados pelo ME para integrarem as comissões de certificação e os júris deste concurso, em substituição de outros colegas). Os que progrediriam do 9.º para o 10.º mas, pela mesma razão, não progrediram, sujeitar-se-ão às vagas quando não deveriam depender delas;

- Os dirigentes sindicais que, nos últimos 7 anos, estiveram dispensados de serviço, de acordo com as instruções do manual divulgado pelo ME, terão uma ponderação anual que é de apenas 25%. Se esta regra constasse da legislação seria inconstitucional, daí ter surgido apenas explicitada no manual de instruções;

- Teremos docentes que, excepcionalmente, serão pontuados por terem exercido cargos na Escola Portuguesa de Moçambique. Achamos bem, falta, contudo, uma explicação para a deferência.

E em Setembro teremos, então:

- docentes de Espanhol a observarem, para avaliação, as aulas dos colegas de Alemão; e de Electrotecnia a avaliar os colegas de Ciências Agro-Pecuárias; e de Educação Moral e Religiosa Católica a avaliar os

colegas de Economia e Contabilidade; e de Educação Física a avaliar os colegas de Linguagem Gestual ou de Braille;

- concretizada uma profunda desvalorização do trabalho de todos os que, quotidianamente, nas salas de aula, com os seus alunos, têm um excelente desempenho profissional.

**Mais de 20.000 de fora,
mais de 20.000 sem componente
lectiva atribuída!**

Este concurso, como já antes se disse, segundo números do ME abre 18.563 vagas havendo 38.400 docentes em condições de concorrer, a que acrescem 22.500 que já se encontram no 10.º escalão. Contas feitas, ficarão de fora do acesso à categoria de professor titular acima de 20.000 professores e educadores. Contas comparadas, um número que deverá aproximar-se do "horários-zero" que em Setembro poderá surgir. Contribuirão para esta situação, entre outros, os seguintes factores:

- Aumento de 10% do horário lectivo dos docentes do Ensino Secundário e da Educação Especial;
- Retardamento, de 10 anos, das reduções de componente lectiva por antiguidade nos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, no Ensino Secundário e na Educação Especial;
- Substituição dos quadros de escola por quadros de agrupamento, a par da fusão de agrupamentos ou de agrupamentos com escolas secundárias;
- Encerramento de milhares de escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- Progressiva transferência de alunos das escolas públicas para colégios privados que funcionam com financiamento público.

Não tivesse a Ministra da Educação e o Secretário de Estado Adjunto e da Educação assumido o compromisso de os docentes não serem abrangidos pelos "supranumerários" (regime de mobilidade especial), esta quase coincidência de número seria extremamente preocupante. Contudo, tendo os governantes assumido a sua palavra de honra, a preocupação fica atenuada, sendo de prever que os docentes venham a ser implicados em projectos específicos de combate ao abandono e de promoção do sucesso escolares, o que se saúda.

Relativamente ao concurso para titular, a Plataforma Sindical denuncia uma inconstitucionalidade formal: a fixação, por despacho (milhares de despachos), das vagas de professor titular a prover em cada quadro de agrupamento ou escola não agrupada. Mas há outras situações

Página Web 1 de 1

CONCURSO TITULARES

PERGUNTAS FREQUENTES (FAQs)

Actividade lectiva ou não lectiva

04. Os docentes a faltar por licença de maternidade ou por doença prolongada pontuam no campo 3.3.1?

Apenas pontuam se exercerem funções lectivas durante, pelo menos, dois períodos lectivos.

http://www.dgrhe.min-edu.pt/CONCURSOTITULARES/Faq_Titular/imprimir.asp?FAQ=... 07-06-2007

É verdade! O ME chegou a afirmar que as docentes em licença de maternidade seriam penalizadas no concurso a professor titular. A FENPROF denunciou, tinha razão, e o ME veio mentir, dizendo que nunca tinha tido essa intenção. Porém, a imagem fala por si. Esta questão foi substituída por outra, após a denúncia da FENPROF.

que, na opinião dos Sindicatos, constituem ilegalidades materiais constantes no Aviso de Abertura: os docentes que não se enquadram em grupos de recrutamento que integrem os departamentos criados para este concurso estão impedidos de concorrer, quando a legislação prevê que concorram; a penalização por faltas que nos termos do Artigo 103.º do ECD, não são passíveis de penalizar os docentes para efeitos que decorram da aplicação do próprio ECD. Mas a grande maioria das ilegalidades, e mesmo já esta última, decorrem do próprio regime do concurso aprovado pelo Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio, estando a ser contestadas pelos Sindicatos e devendo merecer interposição de acções em Tribunal em função das situações concretas.

A Plataforma Sindical dos Professores reafirma o seu desacordo com a divisão da carreira em categorias hierarquizadas, assumindo a rejeição manifestada pelos professores e educadores que, em número superior a 30.000, subscreveram um abaixo-assinado que correu nas escolas num período de tempo muito curto.

Para além disso, há ainda a registar o pedido de fiscalização sucessiva da constitucionalidade do ECD, que será apresentado pelo grupo parlamentar do PSD, podendo daí resultar consequências para este concurso. Pela nossa parte:

- Já apresentámos, na Provedoria de Justiça, um pedido de apreciação da legalidade e constitucionalidade das regras do concurso. Sabemos que inúmeros docentes têm recorrido ao senhor Provedor de Justiça

e apelamos a que muitos outros continuem a recorrer;

- Apelamos aos docentes para que concorram e, se forem excluídos, avancem com recursos hierárquicos e interponham processos em Tribunal. Os Sindicatos estão a organizar os seus Gabinetes Jurídicos e de Contencioso para apoiarem todos os professores que desejarem interpor as indispensáveis acções.

Por fim a, Plataforma Sindical dos Professores, só deixará de agir e lutar quando esta fractura introduzida na estrutura da carreira docente for revogada, sendo que a incompetência técnica revelada pelo ME neste concurso e as ilegalidades que está a cometer, são uma boa ajuda à obtenção desse resultado.

Não defendemos a substituição desta estrutura de carreira por progressões automáticas ou por facilitismos na avaliação de desempenho. Pelo contrário, reafirmamos a defesa de um modelo de avaliação do desempenho que seja rigoroso, exigente e formativo, pelo que rejeitamos quaisquer mecanismos que desvalorizem toda a actividade docente, incluindo a lectiva ou ponham em causa o mérito absoluto dos docentes, como sejam as quotas, as vagas ou os pontos, estratégias a que o ME recorreu.

Com os Professores e os Educadores e num quadro de convergência, de que esta Plataforma Sindical é expressão de grande destaque, continuaremos a lutar para devolver aos docentes o estatuto profissional e de carreira que lhes é devido e que eles merecem! ■

Muitas escolas encerradas em todo o País

Mais de um milhar de escolas e jardins de infância estiveram encerrados em todo o País, deixando muitos milhares de alunos sem aulas, no dia 30 de Maio, um significativo momento de luta, realizado em condições difíceis, mas que venceu, na sequência de outras acções convocadas pela CGTP-IN, a necessidade urgente de caminhos de mudança na sociedade, incluindo o sector da Educação.

Em nota de imprensa divulgada ainda no dia da Greve, o Secretariado Nacional da FENPROF sublinhava que "também na Educação, o desemprego, a precariedade e a instabilidade têm vindo a aumentar, os direitos e os salários dos trabalhadores a serem reduzidos, a que acresce, ainda, um conjunto de medidas que tem vindo a desvalorizar a Escola e a Educação, de onde relevam o encerramento de milhares de estabelecimentos e a contínua degradação das condições de trabalho nas escolas que resulta, entre outras causas, de uma efectiva falta de investimento por parte do Governo."

"Depois de marcarem presença expressiva nesta Greve Geral", prossegue o comunicado da Federação, "os docentes portugueses irão continuar as suas lutas específicas", apontando como exemplo o protesto contra a fractura que o ME impôs na carreira docente (entrega de um abaixo-assinado com mais de 30 mil assinaturas).

Na saudação dirigida aos trabalhadores portugueses, "particularmente aqueles que, com muita coragem, determinação e sacrifícios pessoais, para si e para as suas famílias, exerceram o inalienável direito à greve, mesmo quando confrontados com a proibição de plenários de trabalhadores,



Os piquetes foram mais um importante momento de esclarecimento e de contacto com os docentes. Segundo a FENPROF conseguiu apurar o número de escolas encerradas ultrapassou o milhar.

recolha ilegal de dados pessoais, ameaças de processos disciplinares ou com o recurso à GNR para dificultar o exercício dos piquetes", a CGTP-IN manifestou também a sua solidariedade "a todos os que, estando de acordo com as razões da Greve Geral, não puderam exercer esse direito por força de inadmissíveis pressões e coacções impostas pelo patronato e Governo, designadamente face às situações de precariedade que atingem muitos milhares de trabalhadores, à ameaça de não pagamento de prémios e subsídios e à imposição de serviços mínimos ilegais."

"As mudanças necessárias não acontecem dum dia para o outro"

No balanço divulgado pela Central, destaca-se que a Greve Geral de 30 de Maio "atingiu um grande impacto em todas as regiões do país, regiões autónomas incluídas, bem como em todos os sectores de actividade, tendo sido amplamente referenciada pelos media, também internacionais, e saudada por inúmeras organizações estrangeiras, particularmente europeias. A Greve Geral foi, de facto, uma greve nacional."

Como sublinhou Manuel Carvalho da Silva, numa declaração aos órgãos de comunicação social, "da dimensão e impacto da Greve Geral resulta uma influência no sentido da melhoria das condições de vida e de trabalho nos sectores privado e público e da mudança de rumo de que o País necessita. Em todo o processo da Greve Geral, logo desde a sua preparação, a sociedade foi alertada e sacudida e os problemas da precariedade, do desemprego, do ataque aos serviços públicos, das desigualdades,

da injusta distribuição da riqueza e das injustiças sociais gritantes que nos envolvem e que só prejudicam o futuro do país e o seu desenvolvimento sustentado, foram trazidos para a primeira linha de problemas a resolver."

"Depois desta Greve Geral e com o impacto da sua preparação e realização, não pode o Governo continuar impunemente a deixar agravar estes problemas, nem o patronato a prosseguir práticas de má gestão e de imposição de relações laborais injustas e inaceitáveis", afirmou Secretário-Geral da CGTP-IN.

"A sociedade portuguesa não deixará de reconhecer o grande contributo desta Greve Geral para um país modernizado e para uma democracia activa, participativa e dinâmica, respeitadora dos direitos de quem trabalha", afirmou ainda Carvalho da Silva, que concluiu:

"A CGTP-IN e os trabalhadores sabem que as mudanças necessárias não acontecem dum dia para o outro. Elas fazem-se na continuidade da acção e da luta. É tempo de o patronato cumprir as leis e os direitos dos trabalhadores, de assegurar condições de formação e qualificação, de respeitar quem trabalha, de remunerar com justiça. É tempo de o Governo tratar os trabalhadores e a população portuguesa, não como números, mas como pessoas com dignidade, com direitos e aspirações, com dificuldades e capacidades. Compete ao Governo afirmar e assegurar o direito a emprego decente, tratar os portugueses com equidade e garantir uma justa distribuição da riqueza produzida. É tempo de uma efectiva mudança de rumo!" ■

Internacional de Educação realizou Encontro sobre Liderança Escolar

O fim dos “superdirectores”?

■ **Manuela Mendonça** (*Membro do Secretariado Nacional da FENPROF e da Direcção do SPN*)

Nos dias 15 e 16 de Maio de 2007, a Internacional da Educação (IE) realizou, em Birmingham, a iniciativa “School Leadership Meeting”¹, em que participaram delegados de 14 países: Alemanha, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Reino Unido, África do Sul, Nova Zelândia e Estados Unidos da América. Alguns destes participantes eram também directores de escolas.

Estando a liderança escolar na agenda política dos países da OCDE, o objectivo principal desta iniciativa foi criar um espaço para partilha de informação e de experiências, procurando identificar e debater as grandes questões e desafios com que se confrontam os directores escolares, particularmente ao nível secundário, e delinear estratégias efectivas para lhes responder.

Nesta iniciativa ficou patente a grande diversidade de modelos e práticas nos vários países, e por vezes dentro do mesmo país, no que se refere à forma de recrutamento dos directores, requisitos para a sua admissão, principais papéis, responsabilidades e deveres, etc.

A título de exemplo, relativamente ao recrutamento, apesar de se ter vindo a assistir, em alguns países (casos da Dinamarca, Holanda, Coreia e Japão, entre outros) a uma tendência para recrutar directores quer de dentro, quer de fora do sector da educação, verifica-se que a actual percentagem de directores provenientes de outros sectores é baixa e mais frequente em

escolas secundárias técnicas e vocacionais. Quanto à forma de recrutamento, contrariando a situação dominante, em Espanha a recentemente aprovada Lei Orgânica voltou a consagrar a eleição dos directores escolares, sendo que, em países onde há uma forte descentralização, como por exemplo a Alemanha, os directores também são eleitos em algumas regiões.

Do debate realizado, concluiu-se que a crescente complexidade dos sistemas educativos e a implementação de políticas de descentralização e de municipalização têm levado os directores das escolas a assumir novos papéis e responsabilidades acrescidas, muitas vezes sem a adequada formação e apoio.

Por outro lado, a reforma educativa desenvolvida em muitos países, assente no estabelecimento de padrões de desempenho centralmente definidos e na criação de processos de promoção, inspecção, e posterior recompensa ou punição baseados em medidas de prestação de contas (especialmente testes padronizados como o principal critério para o sucesso), tem exercido uma



enorme pressão sobre os directores, que tendem a ser pessoalmente responsabilizados pelos resultados obtidos, numa lógica de competição crescente entre as escolas. Em Inglaterra, por exemplo, é frequente um director perder o emprego após um relatório negativo da inspecção (OFSTED).

A forte pressão pela obtenção de resultados a que os directores estão sujeitos, associada a um outro conjunto de factores – horários de trabalho sobrecarregados; excesso de tarefas burocráticas e administrativas; assunção de responsabilidades acrescidas ao nível financeiro e da gestão de pessoal num quadro de sub financiamento;

TODOS UNIDOS NA MESMA LUTA
CATEGORIA HÁ SÓ UMA - PROFESSOR E MAIS NENHUMA

SEM VINDO AO SÍTIO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DE PROFESSORES

PLATAFORMA DE SINDICATOS REÚNE HOJE COM O M.E.

Indicatos não se vendem

www.fenprof.pt
actualização diária



Num momento em que, no nosso país, se perspectivam alterações ao nível da direcção e gestão das escolas que podem ir no sentido do que se tem vindo a revelar problemático noutros países, importa reflectir sobre essa realidade

obrigação de implementar orientações da administração (central ou local), promovendo uma "cultura de conformidade" com as expectativas governamentais, com consequências no restringir da autonomia profissional dos professores e no deteriorar do clima de diálogo e partilha profissionais – não só têm levado muitos directores a optar pela aposentação antecipada, como tornam o cargo pouco apelativo para muitos professores. Esta situação faz prever dificuldades em encontrar candidatos qualificados, o que já acontece actualmente em algumas áreas e em algumas escolas.

É neste contexto que se considera hoje que a liderança escolar tem que ser redefinida

A investigação nesta área e a realidade em muitos países apontam para a necessidade de abandonar a ideia do "superdirector" ou "super gestor", capaz de acumular todas as funções. Assumindo os directores o duplo papel de líderes educacionais e gestores organizacionais, quer as tarefas de liderança, quer as de gestão/administração são importantes. No entanto, em alguns

países, as escolas dispõem de pessoal de apoio para a realização de deveres administrativos, possibilitando ao director uma maior atenção às tarefas de liderança.

Por outro lado, concluiu-se ser necessário apostar numa liderança colegial e cooperativa, que possa tirar partido do que cada membro da equipa faz melhor. Por outras palavras, é preciso qualificar equipas e desenvolver a sua capacidade de liderança, em articulação com as autoridades educativas, os restantes professores e outros membros da comunidade escolar.

No final do Encontro, foi aprovado um conjunto de conclusões e recomendações, de que se destacam:

- A vertente pedagógica é o essencial da

liderança escolar. O trabalho dos directores deve, por isso, centrar-se na prática e na pedagogia e estar comprometido com as actividades do ensino e da aprendizagem.

- A formação em administração escolar é importante para os professores em geral, e para os responsáveis escolares em particular, tendo em conta a complexidade do sistema educativo e as exigências decorrentes da descentralização e da prestação de contas.

- A liderança escolar deve ser partilhada com os professores e toda a comunidade, o que implica envolver toda a comunidade pedagógica na administração e gestão das escolas, garantindo que as tomadas de decisão são participadas e colegiais.

- Os directores das escolas não podem fazer tudo sozinhos. É necessário apostar em lideranças "distribuídas" – reforçando dinâmicas de partilha, colegialidade e trabalho em equipa.

- Para se ser director, não basta ter formação em administração escolar. É também indispensável ter formação pedagógica formal e experiência pedagógica.

- Os sindicatos devem ter um papel importante na promoção de políticas de desenvolvimento profissional e de programas de formação nesta área.

Esta iniciativa inseriu-se na preparação do 5º congresso da IE, a realizar em Berlim de 22 a 26 de Julho de 2007, que reunirá representantes de 338 organizações, incluindo a FENPROF. Neste congresso, que terá como lema "Educadores – juntos por uma educação de qualidade e pela justiça social", será aprovada uma Resolução específica sobre a liderança escolar.

Num momento em que, no nosso país, se perspectivam alterações ao nível da direcção e gestão das escolas que podem ir no sentido do que se tem vindo a revelar problemático noutros países, importa reflectir sobre essa realidade, procurando potenciar o que a nossa experiência tem de positivo, ao consagrar princípios de colegialidade, elegibilidade, e participação na constituição e no funcionamento dos órgãos de administração e gestão das escolas. ■

¹ Sendo o conceito de liderança por vezes confundido, ou usado indistintamente, com dois outros interrelacionados, gestão e administração, opta-se neste relato por manter a designação adoptada pela organização e justificada pelo facto de a liderança escolar aparecer mais associada à procura da melhoria do desempenho do pessoal, dos alunos e das escolas, (através da criação de um clima escolar conducente a uma aprendizagem efectiva, à supervisão e apoio aos professores e à motivação de professores e alunos), e de a gestão e administração estarem geralmente relacionadas com tarefas mais burocráticas, como a implementação de procedimentos e políticas, relativos a orçamentos, equipamentos e serviços. O debate centrou-se essencialmente na figura do director, embora tendo como pano de fundo a ideia de que há outras lideranças nas escolas.

12 de Julho: Manifestação Naci

VINCULAÇÃO, CARREIRAS E REMUNERAÇÕES QUEM PENSAVA QUE NÃO ERA CONSIGO, ESTAVA ENGANADO!

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MAIS PRECÁRIA

PROFESSORES TAMBÉM SÃO ATINGIDOS!

- O governo está a proceder à alteração do regime de emprego na Administração Pública, tomando como orientação o regime fixado pelo Código de Trabalho.
- Esta adaptação à situação dos docentes deverá constar de um "Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas", ainda não conhecido, o que a torna, ainda, mais obscura.
- **UMA COISA É CERTA: a segurança no emprego está cada vez mais longe para todos os trabalhadores da administração pública, independentemente da idade, do tempo de serviço e da sua localização geográfica ou funções que exerce.**
- O projecto de Lei aprovado pelo Conselho de Ministros, como veremos, permite o despedimento de qualquer trabalhador, independentemente do seu vínculo laboral. Tal leva a que os Sindicatos estejam contra a proposta do Governo e se recusem a assinar qualquer acordo. **[Só a FESAP/UGT o assinou, traindo os trabalhadores e dificultando, por essa via, o combate a esta mudança tão negativa].**



Porém, a atitude da FESAP não pode, de maneira nenhuma, impedir-nos, designadamente os professores e educadores, de lutar contra este projecto que irá agora para debate público e discussão no Parlamento. Cada um terá de assumir a responsabilidade dos seus actos e os Professores saberão pedir contas também a quem os traiu!

DEFINIÇÕES: COMO QUEREM QUE VENHA A S

Regimes de emprego/vínculos laborais na ad

1

NOMEAÇÃO: É a situação actual dos docentes dos QZP e QE, adquirida através de concurso; oferece garantias de estabilidade de emprego. Na proposta do Governo **DESAPARECE!** Para a frente Comum, a sua extinção é **INCONSTITUCIONAL**.

2

CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO: Todos os docentes que se encontram hoje providos em quadros de nomeação definitiva perdem esse direito e são **TRANSFERIDOS PARA ESTE NOVO REGIME**. Com o contrato por tempo indeterminado, **OS DOCENTES FICAM MAIS SUJEITOS AO DESPEDIMENTO** e à cessação de contrato pela mesma via dos outros regimes de contrato (a termo certo ou incerto).

ional da Administração Pública

QUADRO COMPARATIVO - EMPREGO E VÍNCULO NO ENSINO

SITUAÇÃO	COM A ACTUAL LEGISLAÇÃO	COM A NOVA LEI DO GOVERNO
Ingresso na profissão	- Formação inicial (académica e profissional); - Concurso (mediante a existência de vagas, com respeito pela graduação profissional) - Prova de ingresso e período probatório (para regulamentar)	- Formação inicial; - Perfil de Competências; - Existência de vaga em posto de trabalho, podendo não necessitar de integrar a base da categoria "inferior", ultrapassando docentes com maior graduação profissional
Tipo de relação de Emprego	- Contrato administrativo; - Contrato a termo resolutivo;	- Contrato resolutivo a termo certo; - Contrato resolutivo a termo incerto
Cessaçã do Vínculo [DESPEDIMENTO]	- Nomeação: quadro de nomeação definitiva ou provisória (QZP e QE) - Em situação de Contrato: - por mútuo acordo; - por caducidade; - por processo disciplinar; - Em situação de nomeação (QZP e QE) - por processo disciplinar; - por pedido de exoneração pelo próprio;	- Contrato por tempo indeterminado; - Por dita justa causa: - extinção do posto de trabalho; - inadaptação ao posto de trabalho; - reestruturação de serviços; - processo disciplinar; - impossibilidade do trabalhador; - indisponibilidade orçamental; - quando ao entrar em regime de MOBILIDADE ESPECIAL (supranumerário), não obtém nova colocação no prazo de um ano; - Por caducidade do contrato (só para os contratos a termo certo ou incerto)

Também os Professores e Educadores são vítimas de uma política destruidora do direito constitucional à estabilidade de emprego. **QUEM, HOJE, TEM NOMEAÇÃO DEFINITIVA ESTARÁ, AMANHÃ, SUJEITO ÀS MAIS SELVAGENS REGRAS DE DESPEDIMENTO!**

CONHECER CONNOSCO

Administração pública

3

CONTRATO A TERMO CERTO: Será uma das figuras de contratação mais utilizadas no ensino e com os professores. Corresponde àqueles **CONTRATOS CELEBRADOS POR PERÍODOS DEFINIDOS E QUE SÃO DO CONHECIMENTO PRÉVIO DO TRABALHADOR**. Por exemplo, os contratos celebrados entre 1 de Setembro e 31 de Agosto (um ano lectivo), ou, se já com o ano lectivo a decorrer, até ao final desse mesmo ano.

4

CONTRATO A TERMO INCERTO: Trata-se de contratos celebrados para **SUBSTITUIÇÃO** de docentes, **CUJO MOMENTO DE REGRESSO À ACTIVIDADE SE DESCONHECE**. Entre estas situações encontram-se substituições, por exemplo, de professores que se encontram a faltar por doença ou em licença de maternidade,...

“Municipalização, até onde?”

A descentralização do sistema educativo e da sua gestão exigem a criação de Conselhos Locais de Educação

A FENPROF realizou no dia 8 de Junho, na Escola Superior de Educação de Lisboa, um seminário subordinado ao tema “Municipalização, até onde?” O encontro, que reuniu educadores, professores e eleitos do Poder Local de vários pontos do País, terminou com a aprovação da Declaração, que publicamos na íntegra. O seminário decorreu em dois painéis de debate em torno da problemática da descentralização do sistema educativo e da transferência de competências para as autarquias locais. Uma semana depois, a Declaração aprovada em Lisboa foi distribuída a autarcas de todo o País, à entrada do XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), em Ponta Delgada, onde a Federação realizaria também uma conferência de imprensa. O secretário-geral, Mário Nogueira, participou nestas acções na ilha de S. Miguel.



Voltando ao seminário de Lisboa: no painel da manhã e após uma intervenção de abertura por Manuela Mendonça, do Secretariado Nacional, participaram dois convidados: António José Seguro (Presidente da Comissão Parlamentar de Educação) e Maria José Viseu (Presidente da CONFAP).

Durante a tarde o debate foi dinamizado por deputados do PS (Bravo Nico), PSD (Emídio Guerreiro), PCP (Miguel Tiago), CDS/PP (José Paulo Carvalho), BE (Cecília Honório) e PEV - “Os Verdes” (Francisco Madeira Lopes) — ver pág. 19.

As comunicações de abertura e de encerramento foram da responsabilidade do Secretariado Nacional da FENPROF. No início dos trabalhos, Manuela Mendonça, dirigente do SPN, apresentou as posições da Federação sobre a matéria em reflexão.

“Não está em causa o papel das autarquias no campo educativo — são as primeiras interessadas na criação de condições para o desenvolvimento de projectos educativos locais, potenciadores do sucesso de todos os alunos (observando o panorama nacional, é fácil constatar que há autarquias com um trabalho notável em muitas áreas...). Mas uma coisa é o reconhecimento do papel absolutamente essencial que o município, enquanto parceiro, tem de desempenhar no processo de construção de uma política

de territorialização educativa, outra é a imposição de uma política de centralismo local, em que o município surge como o único legitimador do processo educativo”, concluiu Manuela Mendonça.

A encerrar, Mário Nogueira, Secretário-Geral da FENPROF, apresentou as conclusões deste oportuno debate que contribuiu para o aprofundamento da reflexão sobre um tema central da agenda política, em relação ao qual “temos razões de sobra para estarmos preocupados”.

Aprofundar o debate

Como refere a declaração e como realçou o dirigente sindical, “a descentralização do sistema educativo e da sua administração exigem a criação de Conselhos Locais de Educação, espaços de participação de toda a comunidade educativa e dos órgãos autárquicos, com efectivos poderes e meios para a gestão de importantes aspectos do sistema educativo”.

“Este encontro da FENPROF foi um bom impulso ao debate que teremos de aprofundar sobre esta matéria da municipalização do ensino, nomeadamente através do conhecimento das experiências de outros países europeus”, afirmou Mário Nogueira na ponta final dos trabalhos do seminário. | JPO ■

sua administração cação



Mário Nogueira falou à comunicação social, em Ponta Delgada, à entrada do Congresso da ANMP

DECLARAÇÃO

FENPROF rejeita transferência de qualquer competência para os municípios relativa ao pessoal docente (recrutamento, salários, carreiras, avaliação do desempenho, exercício da acção disciplinar, ou qualquer outra tutela)

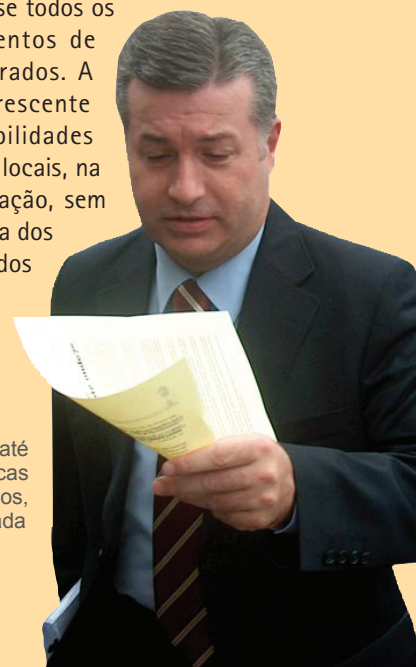
A descentralização do sistema educativo, a transferência de competências para as autarquias locais, na área da educação, ou a municipalização deste importante domínio da vida do país e dos portugueses, não são matérias desconhecidas dos professores e da história da educação. A descentralização e a atribuição de mais competências aos municípios foram sempre defendidas pelos professores, pelo menos desde a Primeira República, período em que a constituição das Juntas Escolares foi entusiasticamente apoiada e participada. Na nossa história recente, as posições da FENPROF apontam igualmente nesse sentido, nomeadamente com as decisões da 1ª Conferência Nacional do Ensino Primário, em 1985, nas resoluções dos seus diversos congressos e com as propostas para a direcção e gestão das escolas ao defender-se a criação de Conselhos Locais de Educação.

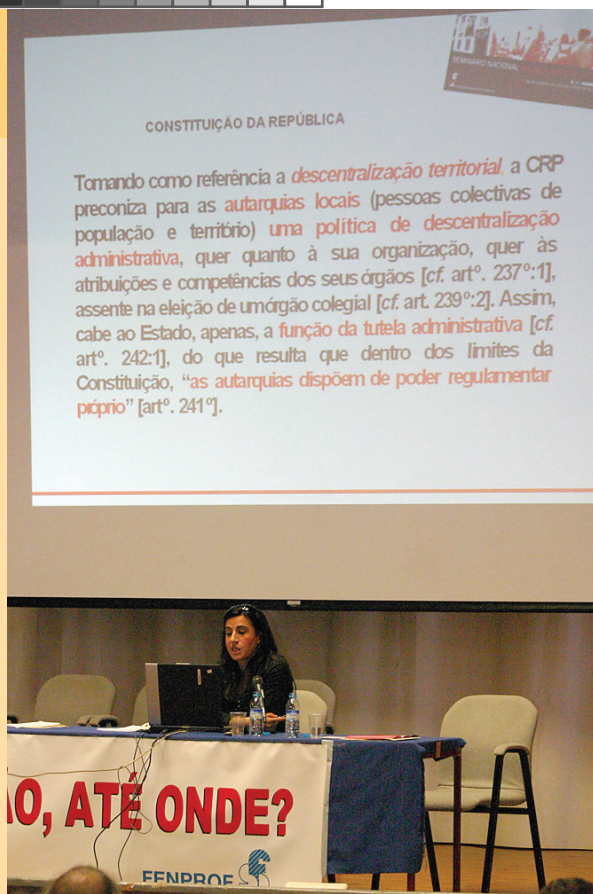
Mas não é menos verdade que, também

em todos aqueles momentos, os professores portugueses sempre recusaram que a tutela sobre as matérias relacionadas com o exercício da profissão docente fosse transferida para os municípios. As lutas da classe docente durante os anos vinte do século passado e, já com a FENPROF constituída e sob a sua liderança, no ano de 1985 deixaram bem clara a posição firme dos professores neste domínio. Em Novembro de 1983, o Orçamento de Estado previa que, no início do ano seguinte, fossem transferidas para as autarquias "todas as competências no respeitante à educação pré-escolar e ao ensino primário, incluindo os vencimentos e a acção disciplinar". A reacção dos professores e a acção da FENPROF levou a que

o célebre artigo 43º do OE fosse alterado na Assembleia da República. Em 1985, o Governo faz nova tentativa de impor este caminho que mereceu a realização de uma greve daqueles dois sectores de educação, com quase todos os estabelecimentos de ensino encerrados. A atribuição crescente de responsabilidades às autarquias locais, na área da educação, sem a transferência dos meios adequados produziu resultados que os pais, os

A Declaração do Seminário da FENPROF "Municipalização, até onde?" foi divulgada e acolhida com interesse pelos autarcas participantes no Congresso da Associação Nacional de Municípios, em Ponta Delgada





autarcas e os professores não desejam:

a) o parque escolar do primeiro ciclo e da educação pré-escolar exige uma intervenção global no sentido da sua adaptabilidade às novas exigências e ao pensamento de ordem pedagógica e funcional, a par de uma constante manutenção dos edifícios e do equipamento;

b) inúmeros estabelecimentos destes dois sectores de educação e ensino vivem numa penúria de recursos materiais e financeiros, que impossibilitam, muitas vezes, uma acção educativa de qualidade;

c) os transportes escolares estão, em diversos casos, a ser feitos de forma desadequada relativamente aos horários das escolas e sem as mínimas condições de segurança e salubridade;

d) um elevado número de escolas e jardins de infância não possui auxiliares da acção educativa ou está dotado de um número insuficiente;

e) a acção social escolar, nomeadamente no 1º Ciclo do Ensino Básico, presta um apoio claramente insuficiente às crianças e famílias de fracos recursos.

Na agenda política

Hoje, a municipalização da educação volta a estar na agenda política pela mão do Governo que, apesar de esta opção não constar no seu programa aprovado na Assembleia da República, nem na Lei 159/99, insistentemente afirma querer transferir para as autarquias todas as responsabilidades com pessoal docente e não docente, equipamento, organização e

funcionamento da educação pré-escolar e dos nove anos do ensino básico, deixando ao ME apenas a regulação do sistema, "a tutela pedagógica" e a definição do currículo, a sua organização e desenvolvimento.

Uma vez mais o Governo conta com a oposição dos professores e educadores e com o desacordo dos municípios portugueses que, nos documentos preparatórios do seu próximo Congresso, não acolhem as suas propostas. Por outro lado, importa registar que a retórica política do ME, em torno da descentralização e autonomia das escolas, não é compaginável com o seu comportamento

obsessivamente centralista que tudo dirige e regulamenta, recorrendo frequentemente às suas estruturas administrativas regionais - a tentativa de impor o encerramento de escolas à revelia das Cartas Educativas é um exemplo bem ilustrativo.

Seis questões de princípio

É neste contexto que o Seminário "Municipalização, até onde?", promovido pela FENPROF, em Lisboa, a 8 de Junho de 2007 declara:

1. A descentralização do sistema educativo e da sua administração exigem a criação de Conselhos Locais de Educação, espaços de participação de toda a comunidade educativa e dos órgãos autárquicos, com efectivos poderes e meios para a

gestão de importantes aspectos do sistema educativo;

2. O caminho da descentralização, que a FENPROF sempre defendeu, exige a aprovação de uma Lei sobre a autonomia e financiamento das escolas que transfira efectivos poderes para os órgãos próprios dos estabelecimentos de ensino, delimite claramente competências e estabeleça regras claras, universais e transparentes para o financiamento das escolas;

3. A transferência de algumas competências para as autarquias locais, no domínio da educação, deve sempre prosseguir o objectivo de melhorar a resposta da Escola Pública e ser acompanhada das condições financeiras adequadas à sua concretização;

4. É no quadro do Conselho Local de Educação que algumas das competências a transferir devem ser exercidas;

5. Recusar que a descentralização do sistema educativo possa ser um processo em que o ME e o Governo tentem desresponsabilizar-se do financiamento das escolas, passando para outros o odioso das dificuldades mas, continuando a concentrar as decisões relativas à organização das escolas - essas sim, assumidas localmente, podem induzir melhorias no sistema educativo e na qualidade das aprendizagens das crianças e jovens;

6. A completa rejeição da transferência de qualquer competência para os municípios relativa ao pessoal docente, designadamente o seu recrutamento, salários, carreiras, avaliação do desempenho, o exercício da acção disciplinar, ou qualquer outra tutela. ■

Lisboa 8 de Junho de 2007
Subtítulos da responsabilidade do "JF"

A FENPROF foi pioneira na defesa da criação de estruturas descentralizadas de administração educativa - os Conselhos Locais de Educação (CLE) - órgãos de representação ampla com a participação das escolas, autarquia, serviços descentralizados do ME, acção social escolar, interesses económicos, sociais e culturais, de grande pluralidade de interesses, que procuram a congregação de esforços ao nível local (concelho ou de dimensão inferior no caso de grandes concelhos), em torno da gestão conjugada de recursos, da elaboração de projectos visando o desenvolvimento local, integradores da comunidade na escola e desta na comunidade, dotados de competências próprias e de recursos adequados. ■

Do Plano de Acção aprovado no 9º Congresso Nacional dos Professores, Abril 2007



A palavra aos deputados

O deputado do PS, **Bravo Nico**, presente neste seminário da FENPROF falou da "valorização das autarquias locais", realçou o seu papel no quadro das "necessárias políticas educativas" e alertou para as causas e consequências do insucesso e do abandono escolar. Referindo-se ao **Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)**, afirmou que "temos que aproveitar esta última oportunidade". Trata-se, afirmou o deputado, de um "grande desígnio estratégico - a qualificação dos portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial".

José Bravo Nico, professor auxiliar da Universidade de Évora, lembrou ainda a importância da intervenção autárquica, a par do sector educativo, no "combate às desigualdades".

"O Governo não se pode demitir das suas responsabilidades", referiu **Emídio Guerreiro**, deputado do PSD. Garantiu que o seu partido diz não a uma municipalização sem regras, que "a proximidade traz vantagens", que é fundamental "a transferência das verbas necessárias" e que "ao Estado cabe a definição dos programas, das questões pedagógicas e de outras matérias".

"Todas as pessoas devem conhecer as regras do jogo. Não foi o que se passou com as actividades de enriquecimento curricular", observou o representante da bancada social-democrata e antigo vereador da Câ-

mara Municipal de Guimarães, que fez um breve historial da educação desde o final da monarquia até à actualidade, lembrando a "luta dos professores primários há cem anos contra a municipalização do ensino".

Uma crítica frontal ao Ministério da Educação porque "passa por cima das Cartas Educativas" e porque aposta na transformação das autarquias em departamentos do Estado central", sobressaiu da intervenção do jovem deputado comunista **Miguel Tiago**.

O parlamentar do PCP comentou a política de "desmantelamento e desresponsabilização do Estado" e afirmou que a privatização da Educação, no actual contexto político, passa numa primeira fase pela "descentralização" para as autarquias. Miguel Tiago recordou ainda palavras da ministra da Educação na AR: "A descentralização da Educação não tem um tecto...".

Vereador na Câmara Municipal de Esposende, o deputado do CDS/PP **José Paulo Carvalho** falou da municipalização como "um desafio", garantiu que "as autarquias vêem na Educação uma fonte de despesa" e reconheceu que "temos que compreender que haja desconfiança da parte dos professores" em relação a novas responsabilidades que os Municípios possam vir a desempenhar no futuro em termos de Educação, "por exemplo com a colocação dos profissionais". O parlamentar centrista afirmou que "é

necessário combater os fenómenos de clientelismo".

A deputada do Bloco de Esquerda, **Cecília Honório**, disse que existem, na verdade, "diferentes concepções de Poder Local e de Estado". "Da nossa parte encaramos as questões da municipalização associadas à participação dos cidadãos, ao aprofundamento da democracia, à transferência de competências e a um modelo de financiamento apropriado". Da parte do Governo "o que temos é um pensamento e uma actuação de matriz neoliberal", sublinhou Cecília Honório, eleita para a Assembleia Municipal de Cascais, que chamou a atenção para a necessidade de um balanço rigoroso ao que já se fez até hoje em Portugal em matéria de transferências de competências para as autarquia, no campo educativo.

"O que é melhor para termos uma educação pública de qualidade? Qual é o modelo que melhor responde para a concretização deste objectivo? O pacote que está a ser negociado com a Associação Nacional de Municípios pode ser um presente envenenado e muito mau para a Educação", alertou **Francisco Madeira Lopes**, do Partido Ecologista "Os Verdes". Criticou o Governo por não ouvir a comunidade educativa e os sindicalistas e sublinhou as responsabilidades constitucionais do Estado em matéria de Educação, garantindo condições de igualdade para todos os cidadãos. "A empresarialização e a privatização vão em sentido contrário a esse direito constitucional", realçou o jurista. ■

FENPROF repudia o roubo de mais tempo de serviço



A notícia divulgada pela comunicação social, de que o Governo se prepara para roubar mais um ano de serviço aos trabalhadores da Administração Pública, onde se incluem os professores e educadores, é mais uma grave afronta a todos os que, a partir de Agosto de 2005, foram impedidos de progredir na carreira, apesar de terem completado tempo de serviço e de terem cumprido todos os requisitos legais inerentes à progressão (processo de avaliação do desempenho e formação contínua), alertava a FENPROF no passado dia 24 de Maio.

A Federação Nacional dos Professores recorda que na recente revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), imposta pelo Ministério da Educação, a duração dos novos escalões da carreira aumentou entre 1 e 3 anos, a que acrescem 2,5 anos de roubo de tempo

de serviço, imposto pelas Leis 43/2005 e 53-C/2006, o que já prolongava por muito mais tempo as mudanças de escalão. Com mais este roubo de tempo de serviço, a situação tornar-se-á ainda mais grave, razão por que a FENPROF repudia a medida, que considera inadmissível e inaceitável.

Entretanto, por pretender conhecer o impacto e as consequências deste "congelamento" nas progressões dos docentes abrangidos pelo ECD imposto pelo ME em Janeiro deste ano, a FENPROF exigirá ao ME uma reunião para esclarecimento

total da situação.

FENPROF mantém processo em tribunal contra roubo do tempo de serviço

A FENPROF, através dos seus Sindicatos, interpôs em Tribunal uma acção para declaração de ilegalidade da Lei 43/2005, que, pela primeira vez, impediu a progressão dos docentes na carreira, bem como a contagem do seu tempo de serviço. Na base da contestação esteve o facto de as progressões dos docentes, ao contrário do sentido da Resolução do Conselho de Ministros que impôs o "congelamento", não serem automáticas.

Para a FENPROF, este roubo de, pelo menos, mais um ano de serviço, a confirmar-se, constituirá mais uma grave afronta a todos os trabalhadores da Administração Pública, para além de confirmar que os actuais governantes não se coíbem, sequer, de desmentir com actos o que, dias antes, afirmaram publicamente. Vem isto a propósito das recentes declarações do Primeiro-Ministro que, em directo na TV, afirmou ser necessário negociar com os trabalhadores da Administração Pública a progressão nas carreiras em 2008 por estes terem sido extremamente penalizados no passado recente, quer com a ausência de revisão salarial, quer com o "congelamento" das suas progressões. Afirmações que, poucos dias depois, parecem ser desmentidas com a medida que se torna agora conhecida. ■

MANIFESTAÇÃO NACIONAL

12 de Julho - 15 h.



12 de Julho

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública realiza no próximo dia 12 de Julho, em Lisboa, uma Manifestação Nacional, contra o desmantelamento do sector, levado a cabo pelo Governo, através da concretização de um conjunto de políticas de que se destaca a revisão dos regimes de vínculos, carreiras e remunerações. A decisão foi tomada na Cimeira de Sindicatos da Frente Comum que decidiu:

1. Continuar a desenvolver iniciativas, no sentido de ser declarada a inconstitucionalidade dos diplomas que retiram direitos sociais, designadamente na Aposentação, na Avaliação de Desempenho, na Mobilidade e nos Vínculos, Carreiras e Remunerações;
2. Repudiar o comportamento do Governo com a tentativa de alterar a lei sindical sem negociação e de limitar direitos colectivos dos trabalhadores da AP, designadamente através da solicitação de reuniões à Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias e à Comissão de Trabalho e Segurança Social, da AR e aos responsáveis pela tutela de cada um dos sectores da AP.
3. Realizar plenários de trabalhadores da AP para esclarecimento do que está em causa com esta ofensiva do Governo e para a necessidade da sua mobilização em defesa dos direitos adquiridos, aprovando posições a entregar nos Governos Cívicos de todos os distritos e, em Lisboa, no Ministério das Finanças.

Da nota divulgada pela Cimeira da Frente Comum, realizada a 19 de Junho, na Sede da FENPROF/SPGL



ENTREVISTA

Secretário-Geral da FENPROF *desmonta alterações à legislação sindical*

“Governo desfere novo ataque aos sindicatos confirmando a sua matriz antidemocrática”

O Governo pretende alterar a legislação sindical, procurando, dessa forma, fragilizar a capacidade de organização, de trabalho e de mobilização das organizações sindicais. Desrespeitando as leis, o Governo não negociou as suas propostas com os Sindicatos, designadamente com a FENPROF, procurando queimar etapas e, assim, aprovar a lei ainda na actual sessão legislativa. Colocámos a Mário Nogueira algumas questões para que melhor se compreenda o que, afinal, está em causa e os contornos de mais este ataque antidemocrático movido pelo Governo ao movimento sindical. O Secretário-Geral da FENPROF explica que as alterações que o Executivo quer introduzir na lei implicam passar para o dobro a relação dirigente/número de trabalhadores, o que significa reduzir para metade o número de dirigentes com direito a crédito de dias.

JF: Os Sindicatos de Professores têm sido sistematicamente ameaçados e alvo de fortes ataques desferidos pelo Governo e pelos responsáveis do ME. Quais as principais consequências desse ataque?

MN: Apesar da violência do ataque, os Sindicatos não esmoreceram, não cederam à chantagem, não esqueceram o seu papel de classe e não traíram os professores e educadores. Mantiveram-se e mantêm-se firmes na denúncia de políticas que visam desvalorizar a Escola Pública e liquidar direitos profissionais aos docentes, políticas que têm sido combatidas com denodo. Por essa razão, o Governo parece querer, agora, dar a “machadada final” nos Sindicatos...

JF: Mas é assim tão grave a alteração que o Governo quer introduzir na lei sindical?

MN: Sim. Sem negociar ou, sequer, informar os Sindicatos, o Governo aprovou uma Proposta de Lei com que procura destruir a organização sindical. Uma Proposta com três objectivos concretos: garantir que nem todos os membros das direcções sindicais têm direito aos 4 dias mensais de crédito para o exercício de actividade sindical; penalizar as organizações de maior dimensão, nomeadamente as que têm acima de 10.000 associados; passar para o dobro a relação dirigente/número de trabalhadores, o que significa reduzir para metade o número de dirigentes com direito a crédito de dias.

JF: E essas medidas são legais?

MN: Em nossa opinião há aqui aspectos de legalidade duvidosa que contrariam disposições em vigor, nomeadamente o próprio Código de Trabalho, já de si muito restritivo. Mas, para além das ilegalidades materiais, os procedimentos do Governo são formalmente ilegais, pois antes de aprovar a Proposta de Lei não a negociou com os Sindicatos, apesar de ser matéria de negociação obrigatória. Agora é a Assembleia da República que parece ir no mesmo sentido. A proposta foi entregue à 1.ª Comissão,

de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, que pretende ouvir apenas alguns Sindicatos – por exemplo, dos que integram a Frente Comum, apenas chamou a Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública – e para que exerçam o direito de participação (não o de negociação). Como já agendou para 11 de Julho a aprovação da Lei, fica claro que o direito de participação não será exercido nos termos legais, pois os prazos para a emissão de parecer não serão cumpridos. É completamente inadmissível este comportamento do poder político, pois esquece regras básicas de um Estado Democrático e de Direito.

JF: Bom, parece que sem olhar a meios, o Governo pretende, com esta medida, calar os Sindicatos...

MN: É evidente que é isso mesmo que está em causa. O Governo já desvaloriza completamente as organizações sindicais, não respeitando regras de negociação que estão em vigor. Mas como os Sindicatos continuam a denunciar e a lutar contra as suas políticas e as medidas que são impostas, agora é a vez de os tentar silenciar. Este é um ataque sem precedentes no Portugal de Abril, ficando a faltar, apenas, para que o regresso ao passado seja completo, que a próxima lei confira aos governantes o direito de nomearem os dirigentes sindicais. Provavelmente, não lhes falta a vontade...

JF: Mas esta não é a primeira medida com que o Ministério da Educação procura limitar a vida sindical dos docentes... A FENPROF já tinha denunciado outras ...

MN: Sim, os responsáveis do ME não se têm cansado de combater o direito de exercício da actividade sindical. Já tentaram impedir os professores de participar em reuniões e outras acções realizadas fora dos seus estabelecimentos de ensino; tentaram limitar o número de delegados sindicais eleitos pelos docentes; numa atitude de evidente cariz persecutório, introduziram fortes penalizações no desenvolvimento das carreiras profissionais dos dirigentes

a tempo inteiro... Fizeram-no, apesar da duvidosa legalidade e constitucionalidade das medidas que impuseram. Infelizmente, vivemos um tempo e somos governados por quem parece não acreditar na democracia. Ainda há poucos dias ouvia a ministra afirmar que, apesar do Acórdão do Tribunal Constitucional [a propósito da repetição dos exames do Secundário], voltaria a fazer o mesmo. Portanto, para a ministra, os acórdãos parecem ser uma espécie de recomendação e a lei, afinal, esgota-se nos despachos que assina.

JF: Que assina?!

MN: Sim, que assina. Agora quem os faz...

JF: Achas que o Governo irá conseguir o que pretende com estas medidas antidemocráticas?

MN: Tenho a certeza de que não conseguirá. Essas medidas podem tornar mais difícil o exercício da actividade sindical, mas não conseguirão beliscar a importância e o papel que os Sindicatos têm para os professores e os educadores, ou, de uma forma mais geral, para os trabalhadores. Eles serão sempre pilares do regime democrático, queira ou não o Governo reconhecê-lo, atente ou não o Governo contra os próprios fundamentos desse regime.

JF: Tempos difíceis...

MN: Reconheço que são difíceis os tempos que correm neste país que tem um Primeiro-Ministro que faz a senhora Merkl parecer uma governante de esquerda e o nosso "vizinho" Zapatero um verdadeiro revolucionário, mas, apesar disso, José Sócrates, Lurdes Rodrigues, entre outros, podem contar também com grandes dificuldades para prosseguirem a sua política de ataque aos trabalhadores, de liquidação dos serviços públicos, de condicionamento de múltiplos direitos de cidadania...

JF: E para já...

MN: ... para já vamos recorrer nos planos institucional e judicial, quer no âmbito interno, quer internacional, para impedir a aprovação desta legislação antidemocrática que é proposta por governantes que convivem mal com as regras da democracia. ■

Um "Conselho das Escolas" para legitimar políticas?

O ME consagrou, na sua Lei Orgânica, a criação de um denominado Conselho das Escolas, constituído por presidentes de Conselhos Executivos, ao qual está reservado o papel de órgão consultivo do ME para a "definição das políticas pertinentes" para a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário, estando agora a decorrer as eleições dos membros do CE, de âmbito distrital.

De acordo com o Decreto-Regulamentar nº 32/2007, este Conselho tem como atribuições, entre outras: assegurar a representação das escolas; pronunciar-se sobre projectos de diplomas legislativos regulamentares e sobre a reestruturação da rede escolar; elaborar propostas de legislação ou regulamentação.

Por considerar que devem ser asseguradas as condições para que as escolas sejam efectivamente consultadas e possam participar, de forma regular e consequente, na definição e implementação das políticas educativas, a FENPROF rejeita a criação de qualquer estrutura que, sob a capa do alargamento da participação, seja apenas uma forma de legitimar políticas e de recentralizar o controlo administrativo sobre os estabelecimentos de educação e de ensino. Em comunicado divulgado no passado mês de Maio, a Direcção da FENPROF desafia o Ministério da Educação a criar, isso sim, a nível regional, os espaços de participação da comunidade educativa, consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo, e que os sucessivos governos têm omitido.

Ao sublinhar que "a institucionalização do Conselho das Escolas resulta de uma decisão do poder político, que impôs unilateralmente todas as regras de constituição e funcionamento deste órgão", a FENPROF

afirma que "todo este processo aponta para a criação de uma estrutura que visa, essencialmente, por um lado, o reforço do controlo da administração sobre as escolas, através de uma estrutura onde alguns presidentes dos Executivos podem vir a assumir menos o papel de representação das escolas, e mais o de último elo da cadeia hierárquica do ME, que procura transferir para o interior das escolas tensões resultantes da aplicação de orientações decididas centralmente; e, por outro lado, a marginalização dos Sindicatos e a menorização do seu papel, assim como de outras organizações com competências atribuídas nessas áreas, procurando limitar os seus espaços de intervenção e participação com uma alegada "auscultação" prévia das posições apresentadas como sendo das escolas."

A FENPROF, enquanto legítima representante dos docentes, afirma que a instituição deste órgão consultivo do ME nunca poderá pôr em causa o direito de participação dos professores na definição da política educativa, consagrado no Estatuto da Carreira Docente.

Da mesma forma, a Federação não aceitará que o ME venha a procurar condicionar futuros processos negociais, alegando que as suas propostas estão legitimadas por uma "consulta" às escolas, feita nos termos em que é proposta. Reiterando a sua recusa das tentativas de sucessivos Governos de limitar a intervenção e negociação dos Sindicatos ao plano estritamente sócio-profissional, a FENPROF reafirma, no respeito pela história do associativismo docente em Portugal e pelas regras de um Estado de direito democrático, a sua exigência de ser parceira activa em todas as matérias que dizem respeito à escola e à educação. ■

M.E. impôs horários ilegais

FENPROF exige respeito pelo trabalho docente e reclama pagamento de horas extraordinárias!



muitos deles, que trabalhassem, num só dia, 9 horas de actividade directa com os alunos (vigilância das provas e aulas, quando estas não coincidissem com o horário daquelas), tendo dado indicações de que os vigilantes, caso o seu horário lectivo coincidisse com o de realização das provas (que tiveram lugar nos passados dias 22 e 24 de Maio), teriam de trabalhar mais dois dias no final do ano.

O ME impôs aos professores classificadores, a correcção, em poucos dias, de dezenas de provas, tarefa exigente no plano profissional, que o Ministério da Educação pretende que seja acrescida ao trabalho intenso de final de ano que

Apesar da saída tardia de um despacho (apenas no dia 29, uma semana depois da realização da primeira prova) a dispensar os professores correctores da componente não lectiva de estabelecimento, tal não compensa o acréscimo de horas de trabalho para estes docentes, que ultrapassam largamente o estabelecido em lei, designadamente no Estatuto da Carreira Docente, realça uma nota divulgada pelo Secretariado Nacional da FENPROF.

Minuta de reclamação

A FENPROF divulgou em todas as EB1 e EB2.3, uma minuta de reclamação, pela qual estes professores deverão requerer o pagamento de serviço docente extraordinário.

"Caso lhes seja negado, a FENPROF, através dos gabinetes jurídicos dos seus Sindicatos, apoiará todos os seus associados que queiram interpor recurso hierárquico e, se necessário, recurso de contencioso. Em suma, um processo semelhante ao das aulas de substituição que, como é conhecido, embora ainda em curso está a ter um desenvolvimento favorável aos professores", conclui a nota do SN. ■

Milhares de docentes dos 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico foram envolvidos na realização e correcção das Provas de Aferição. O Ministério da Educação impôs, a

os docentes desenvolveram neste período. Desta forma, o ME revela, mais uma vez, desrespeito pelo trabalho dos professores e uma incompreensão das condições necessárias à sua realização qualificada.



Férias dos professores: Também são uma regalia?!

Há pessoas que dizem: Os professores têm muitas férias! Dizem-no porque não sabem que a sua duração não é maior nem menor do que a dos outros (por vezes é menor, por força dos calendários disparatados aprovados pelo autoritarismo prepotente que reina na 5 de Outubro) e ainda por cima estão praticamente limitados ao mês de Agosto (mês mais caro, onde é mais difícil arranjar alojamentos, obrigando normalmente ao desgaste dos orçamentos familiares e a grandes deslocações).

Enquanto muitos dos nossos compatriotas se cansam a procurar argumentos para cascar nos professores, mas vão combinando a soa-

lheira praia ou o jacuzzi do hotel de luxo com toda essa má-língua, milhares de professores estarão este ano envolvidos em júris de concursos, em comissões de horários e a constituir as turmas dos seus "refilentos" meninos, a corrigir provas de exame, etc, para que tudo esteja na paz do senhor no dia 1 de Setembro, depois do regresso de férias dos críticos crónicos, que mandam uma boca entre dois "burps!" provocadas pelas ostras mal digeridas. Mas quem se lixa sempre... é o mexilhão!

Porém, ainda não satisfeitos com as asneiras que podem levar o mais calmo dos pacifistas a "aborrecer-se" com o secretário de estado responsável por isto, os responsáveis do ME decidiram que

os docentes também estariam muito limitados nas suas férias em Agosto, pois a fase seguinte de concursos, ordenação de candidatos e reclamação das listas de ordenação vai ocorrer [PRECISAMENTE] nesse mês, com diversas fases (etapas do concurso!) nos dias 6, 13, 20 e 27 de Agosto.

Qualquer governante minimamente preocupado com as condições em que os seus funcionários estarão no início do próximo ano lectivo, deixaria que eles gozassem o seu direito a férias, mas até este o querem tirar – ou será que, afinal, também é uma regalia?! ■

Luís Lobo

Integração nos quadros dos docentes de Técnicas Especiais

AFENPROF regista positivamente que, embora decorrido mais de um ano sobre a aprovação pela Assembleia da República da Resolução nº 17/2006 relativa à situação dos professores de Técnicas Especiais, o Ministério da Educação tenha finalmente enviado um 2º projecto de decreto-lei que visa dar cumprimento ao ponto 1 da citada resolução. "Lamentamos contudo que entre a apresentação do 1º projecto (nunca negociado) e a apresentação do 2º projecto, agora em análise, não tenha sido dada qualquer explicação às organizações sindicais e aos professores sobre as razões do cancelamento da reunião agendada para 28 de Março passado", sublinha uma nota recentemente divulgada pela FENPROF.

No que toca ao ponto 2 da Resolução nº 17/2006 (situação dos docentes com menos de 10 anos de serviço), a FENPROF relembra que o assunto não teve qualquer acolhimento por parte do Ministério da Educação em sede de Estatuto de Carreira Docente recentemente publicado. A FENPROF vê com apreensão a situação profissional destes docentes que passarão a um regime de contratação (Decreto-lei nº 35/2007 de 15 de Fevereiro) muito mais precário do que tinham anteriormente.

Apreciação na especialidade

Artigo 2º, ponto 1 - A FENPROF não aceita que, em consequência dos atrasos do Ministério da Educação em legislar sobre esta matéria, possam ser excluídos docentes que, à data da aprovação da Resolução, reuniam todos os requisitos para serem integrados nos quadros.

O ME abrange, e bem, os docentes que à data do concurso (mais de um ano após a publicação da Resolução) perfaçam 10 ou mais anos de serviço. Não pode esquecer, contudo, os docentes que à data da publicação da Resolução reuniam já aqueles mesmos requisitos e que, por força dos sucessivos protelamentos do Ministério da Educação, acabaram por ficar no presente ano lectivo na situação de desemprego.

Neste contexto, a FENPROF propõe que



Os professores de técnicas especiais que leccionam nas Escolas Secundárias António Arroio (Lisboa) e Soares dos Reis (Porto) fizeram greve no dia 6 de Junho, cansados de esperar que o ME cumpra as recomendações expressas na Resolução nº 17/2006, aprovada por unanimidade na Assembleia da República, em Março do ano transacto. A paralisação teve uma adesão superior a 70%, o que significa que muitos professores de técnicas especiais já integrados nos quadros aderiram à greve por solidariedade para com os seus colegas contratados, sublinha uma nota de imprensa divulgada pelo Secretariado Nacional da FENPROF. Como referiram Mário Nogueira, secretário-geral da Federação e Anabela Delgado, do SN, na conferência de imprensa realizada ao princípio da tarde, à porta da António Arroio, "na véspera da greve, o ME fez chegar à FENPROF dois documentos: uma convocatória para uma reunião, no ME, no dia 15 de Junho; e um projecto de Decreto-Lei que estabelece o regime de integração em lugar de quadro dos professores de técnicas especiais (na foto: professor da António Arroio, em Lisboa, esclarece os jornalistas sobre esta luta)

seja acrescentado a este ponto, o texto que se segue: "Os professores de técnicas especiais que se encontravam em exercício efectivo de funções no termo do ano lectivo de 2005/2006 e os que se encontram em exercício efectivo de funções no ano lectivo 2006/2007".

Ainda no artigo 2º, a proposta introduz um requisito que não está previsto na Resolução nº 17/2006 - "dez anos de serviço efectivo e ininterrupto nas mesmas funções". A FENPROF propõe que seja retirada

esta exigência.

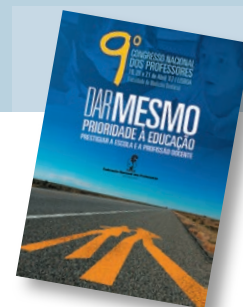
Artigo 2º, ponto 5 - Em consequência da proposta anteriormente apresentada, propõe-se que no final deste ponto se acrescente "ou se encontrava a exercer funções no final do ano 2005/2006."

Artigo 5º, ponto 1 - A FENPROF propõe que a integração dos professores nos escalões/índices da carreira seja feita com respeito pelo tempo de serviço que possuem, independentemente da realização da primeira avaliação de desempenho. ■



Christoph Heise, Secretário Internacional da GEW (Alemanha) à conversa com o JF:

Governo alemão quer reduzir responsabilidades no ensino



"Somos frontalmente contra uma política que aposta na privatização do serviço de educação no nosso País.

O Governo quer reduzir as suas responsabilidades e incentiva o aparecimento de sponseros (patrocinadores). Esta é a tendência que se vive hoje na Alemanha, à qual os educadores e professores e a nossa União procuram responder, mobilizando, em todas as regiões, muitas vozes e muitas vontades contra esta política neoliberal".

Num intervalo do 9º Congresso Nacional de Professores, Christoph Heise falou assim à reportagem do "JF". Com esta frontalidade, o secretário internacional da GEW, União sindical da Educação e Ciência da Alemanha, uma organização que conta com mais de 250 mil associados em todo o País (30 por cento do total destes profissionais) e que pela primeira vez se fez representar no Congresso da Federação Nacional dos Professores, falou da situação que se vive hoje na Alemanha e da experiência vivida com esta deslocação

a Portugal, destacando "a intensidade do debate" e "a profunda ligação dos Sindicatos da FENPROF à realidade das escolas e do sistema educativo português", bem patentes neste debate de três dias, que "envolveu mais de 800 participantes", oriundos de todas as regiões e sectores de ensino.

"Aprendemos, com a nossa participação neste Congresso, coisas novas; ficámos impressionados com a eficiência organizativa deste Congresso, por exemplo no momento das votações", referiu o dirigente sindical alemão, participante no 9º Congresso da FENPROF, realizado em Abril passado, na Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa.

Quem se preocupa com a qualidade do ensino público

"Não há da parte do Governo uma política de verdadeiro investimento no sector da educação", o que, entre outras

consequências, provoca "a falta de jovens professores", registando-se hoje uma carência preocupante em docentes das áreas das Ciências, Matemática e Línguas estrangeiras", sublinha C. Heise, que alerta ainda para as consequências da instabilidade profissional e da precariedade laboral, com "a proliferação dos contratos a prazo".

"Hoje, lutamos também pela qualidade do ensino e das nossas escolas, que não é tão boa quanto as pessoas de outros países julgam. Os políticos que estão no Poder não têm essa preocupação com o reforço da qualidade", destaca o representante da GEW.

Christoph Heise recorda ainda que "a Escola reflecte os problemas sociais de um País", como, por exemplo, a emigração, e que "o Estado deve responder a estas e outras situações sociais", em articulação com "as propostas, elaboradas a partir da experiência no terreno, das organizações que representam os professores".

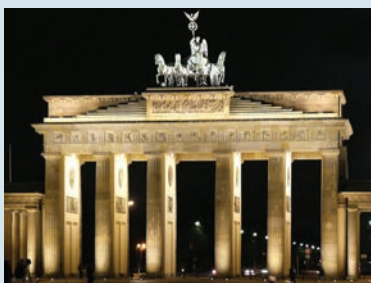
| JPO ■

V Congresso da IE, de 22 a 26 de Julho

O Mundo da Educação em foco na cidade de Berlim

Os problemas e as aspirações de 60 milhões de educadores e professores que existem hoje no Mundo (cálculos da UNESCO), a que se devem acrescentar outros 18 milhões necessários à concretização do Objectivo "Educação para Todos", vão estar em análise no V Congresso Mundial da Internacional da Educação (IE), a realizar na histórica cidade de Berlim, de 22 a 26 de Julho próximo.

Alem da aprovação do Programa de Acção até 2010 e de um conjunto de resoluções, o Congresso elegerá o Conselho Executivo da organização, incluindo o Presidente, os Vice-Presidentes e o Secretário Geral.



Ao longo dos trabalhos serão desenvolvidos os debates em torno do tema central "Educadores: juntos por uma Educação de Qualidade e pela Justiça Social". O programa do Congresso inclui sessões plenárias e grupos temáticos.

Os documentos preparatórios abordam matérias de vincada actualidade, como o avanço da mundialização e as suas expressões nos sectores do ensino e da educação, a persistência da pobreza, a insuficiência da ajuda oficial ao desenvolvimento, o papel crescente dos grupos de pressão neoliberal para a intensificação da privatização dos serviços públicos e ainda, entre outras, questões relacionadas

com a cooperação entre sindicatos e ONGs (organizações não-governamentais) e com a defesa do meio ambiente.

A situação actual dos professores no Mundo, a sua realidade sócio-profissional e sindical, o alerta para as consequências da pulverização sindical docente em muitos países, a luta por uma maior justiça social e o "papel primordial dos docentes na organização e no futuro das nossas sociedades", construído na base da sua unidade e da sua intervenção pela vitalidade da educação pública para todos, atravessarão o grande debate de Berlim, em que a FENPROF estará representada, prevendo-se uma actualização diária da informação sobre o desenrolar dos trabalhos do Congresso em www.fenprof.pt. | JPO ■



O Movimento da Escola Moderna (MEM) vai realizar de 18 a 21 de Julho próximo o seu XXIX Congresso. A reunião magna do MEM decorrerá na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Em: www.movimentoescolamoderna.pt/, encontramos todos os pormenores da realização desta iniciativa, incluindo o programa completo. Os relatos de práticas vão, uma vez mais, marcar presença destacada neste encontro do Movimento.

Dia de protesto dos *media* europeus a 5 de Novembro

Dezenas de milhares de jornalistas preparam-se para assinalar a 5 de Novembro um dia de protesto em todas as capitais europeias, como forma de chamar a atenção para a pressão política sobre os média, o nivelamento por baixo da qualidade da imprensa e as más condições de trabalho da classe em toda a Europa.



O anúncio da data do protesto foi feito a 13 de Junho pelo secretário-geral da Federação Europeia de Jornalistas (FEJ), Aidan White, numa conferência de jornalistas na Alemanha. "Os jornalistas estão frustrados e zangados porque não conseguem trabalhar com as constantes interferências políticas, condições de trabalho precárias e uma comercialização crescente que está a prejudicar o jornalismo de qualidade", afirmou Aidan White, frisando que a quebra nos padrões de qualidade levam os cidadãos a "não confiar nos média como defensores dos seus interesses". O presidente da FEJ, Arne König, partilha este ponto de vista e diz que o jornalismo na Europa alcançou "o ponto de crise", motivo pelo qual todos os profissionais devem lutar por melhores condições de trabalho e por um jornalismo de qualidade, solicitando o apoio da sociedade civil e de grupos políticos. O dirigente sindical afirmou igualmente que na próxima semana vai começar a ser preparado um conjunto abrangente de acções que envolvem sindicatos e associações de jornalistas de todos os países europeus. ■

Congresso da APH

Porque "*a História é importante!*", a cidade de Coimbra vai receber de 12 a 14 de Julho o Congresso 2007 da Associação de Professores de História (APH). O programa da iniciativa, que decorrerá do auditório da Reitoria da Universidade, inclui conferências, painéis de debate, uma mesa-redonda ("Consciência histórica") e visitas de estudo. Mais informações em www.aph.pt ■

Os novos media na imprensa escolar em foco no Boletim Público na Escola



Os textos sobre *gadgets*, novas tecnologias ou novos media abundam na imprensa escolar, testemunhando, de um modo eloquente, mutações com assinaláveis reflexos no quotidiano escolar. Alguns exemplos são os que se apresentam no Boletim "Público na Escola" de Maio. Na edição anterior (Abril), a publicação aborda o tema geral "Outros jornais escolares". Na verdade, há jornais escolares algo diferentes do que é habitual e é sobre eles que se fala no Boletim, apresentando as publicações educativas do Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira, dos Centros Educativos dos Olivais e Padre António de Oliveira e da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB 2,3 Frei João de Vila do Conde. O Projecto "Público na Escola" e a Educação para os Media em Portugal foi o tema escolhido por Eloir Rodrigues para tese de mestrado em Estudo dos Media e do Jornalismo, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Alguns extractos do trabalho realizado também podem ser lidos nesta edição. Entretanto, no ano em que a leitura é o tema do Concurso Nacional de Jornais Escolares, a edição de Junho do "Público na Escola" inclui uma pequena lista de livros para os mais novos, expressamente preparada pelo Plano Nacional de Leitura. ■

Dia Internacional contra o trabalho infantil
foi assinalado a 12 de Junho

FENPROF reclama respeito pelos direitos das crianças

A propósito do Dia Internacional Contra o Trabalho Infantil, assinalado a 12 de Junho, a FENPROF exige do Governo português a tomada de medidas que invertam a preocupante "evolução" do sistema educativo português e uma mudança de rumo que garanta mais justiça social no nosso País.



"Consciente da situação que esta calamidade social assume" em Portugal, "enquanto fenómeno indissociavelmente ligado à elevada taxa de abandono escolar precoce, que atinge as crianças em idade de frequência da escolaridade obrigatória", a FENPROF sublinha de novo a firme condenação do trabalho infantil, "bem como das políticas que o fomentam".

Para a Federação Nacional dos Professores, "o trabalho infantil, o abandono e o insucesso escolar, as situações de risco que vive um número muito elevado de crianças, são, de facto, o resultado de uma realidade social caracterizada pelo agravamento pelos factores de pobreza e exclusão social, em consequência de políticas que agravam o fosso entre pobreza e riqueza, as assimetrias regionais e as condições de vida de milhares

de famílias portuguesas [segundo o relatório da UNICEF (2005), Portugal apresenta, na faixa etária das crianças e jovens com menos de 18 anos, uma taxa de pobreza superior à média dos 25 países da OCDE]."

Combate à pobreza

Na nota que divulgou na véspera do 12 de Junho, a FENPROF reclama do Governo a garantia de uma efectiva igualdade de oportunidades, um verdadeiro combate à pobreza, o reforço e a defesa dos direitos dos trabalhadores e um inequívoco respeito pelos direitos das crianças e dos jovens, nomeadamente o seu fundamental direito à educação e à cultura, na perspectiva da sua formação integral e harmoniosa como seres humanos. ■

no alvo



"Professores até à morte"

O episódio arrepiante da professora do Ensino Básico de Cacia obrigada a trabalhar apesar de sofrer de leucemia, que fazia o título maior da capa do CM (de 7 de Junho), pode ser vista como parte de uma história mais vasta daquilo que o Estado é hoje e do que quer dos seus professores.

O estado de necessidade em que vive o nosso Estado faz com que este tenha orientações cegas. Mesmo sofrendo de leucemia há um ano, a professora Manuela Estanqueiro não teve direito a uma aposentação - e há outros casos por este País fora.

O Estado tem muito mais em que pensar até porque acha que hoje mesmo as faltas por doença grave ou doença dos filhos devem ser contadas como uma falta normal (...).

Não há hoje um único professor que não se sinta pressionado, mesmo intimidado, porque a sensação de ser um peso obviamente indesejado alargou-se a todos.

A instabilidade na profissão é hoje muito séria porque em quase todas as medidas do Ministério há um alvo chamado professor. E grande parte do que tem sido feito, se não ficarmos pela espuma das coisas, é destinada precisamente a substituir professores mais velhos e também mais qualificados por outros mais novos e mais baratos. Esse é o objectivo e não creio que melhore o sistema.

Manuel Queiroz
Subdirector do CM
8/06/2007

JAZZ

"Given Soul", do Quarteto de Hugo Alves: obrigatório ouvir!



Festival *Braga Jazz*, sublinha que os dois CDs anteriores de Hugo Alves "cimentaram a sua reputação" e que "é à nossa medida um *self made musician*, feito dessa massa com que se criam os verdadeiros músicos de jazz".

Novos caminhos e novas sonoridades

Se o leitor gosta de jazz, garanto-lhe que não pode perder "Given Soul", pelo Quarteto de Hugo Alves, um homem que tem trabalhado muito pela divulgação do jazz no nosso País, a começar pelo Algarve, onde dinamiza um excelente trabalho junto das escolas.

José Carlos Santos, director artístico do

"Além de revelar um trompetista de excepção", *Given Soul*, continua José Carlos Santos, "mostra sobretudo o seu esforço para desbravar novos caminhos e novas sonoridades, com os olhos postos no futuro".



Para esta *pérola* que é "Given Soul", Hugo Alves (além de trompete tocou também fliscorne) contou com a criatividade e profissionalismo de Michael Lauren (bateria), Pablo Romero (piano eléctrico) e Rodrigo Monteiro (contrabaixo). Este terceiro CD, constituído por nove temas, todos da autoria de Hugo Alves, que também participou na mistura, contou com os apoios da Área metropolitana do Algarve, Associação Músicas do Sul, Câmaras Municipais de Lagos e Portimão, Governo Civil de Faro e Marés Vivas.

"Given Soul": realmente, a não perder — a digressão e o CD. | JPO ■

Mais informações sobre este trabalho de Hugo Alves em: www.actuslda.com

LIVROS

Estratégias de Ensino e Aprendizagem

(Carles Monereo Font)

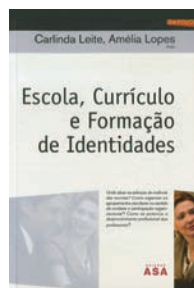


Com organização de Carles Monereo Font (Universidade Aut.de Barcelona) e colaboração de Montserrat C. Badia, Mercè C. Muntada, Montserrat P. Munoz e Maria L. P. Cabani, "Estratégias de Ensino e Aprendizagem", aborda

temáticas fundamentais para "a construção do conhecimento e da organização das actividades de educadores e alunos". Um trabalho (editado pela ASA) que dá pistas para "lidar com resistências à aprendizagem de estratégias, como adaptá-las a cada nível de ensino e ao modo de cada aluno aprender e se auto-compreender". | JPO ■

Escola, Currículo e Formação de Identidades

(Carlinda Leite e Amélia Lopes)

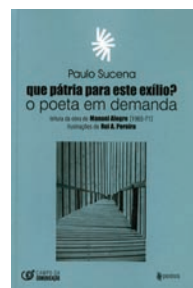


Como situar os esforços de melhoria das escolas? Como organizar os agrupamentos escolares no sentido da unidade e participação organizacional? Como se potencia o desenvolvimento profissional dos professores? Estas são algumas das questões

de viva actualidade a que "Escola, Currículo e Formação de Identidades" procura responder. O livro, editado pela ASA, com organização de Carlinda Leite e Amélia Lopes, docentes da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, reúne contributos de vários especialistas. | JPO ■

Que Pátria para este Exílio? O Poeta em Demanda

(Paulo Sucena)



Paulo Sucena apresentou no passado dia 11 de Junho em Lisboa o livro "Que Pátria para este exílio? O poeta em demanda", editado pela *Campo da Comunicação*. A obra, com ilustrações de Rui A. Pereira, foi comentada por Baptista Bastos,

Manuel Alegre e pelo próprio autor. Como assinala Henrique de Melo numa nota de abertura, este trabalho do antigo secretário-geral da FENPROF é "a melhor maneira de celebrar" os 40 anos de "O Canto e as Armas" (1967). Na perspectiva de António Borges Coelho, Sucena traçou o percurso biográfico e roteiro crítico do poeta "em demanda". "Foi buscá-lo à Rua de Baixo e escolheu para nosso enlevo alguns dos seis poemas maiores", explica o historiador numa breve nota de abertura. Muitos amigos de Paulo Sucena, a começar pelos membros do Secretariado Nacional da FENPROF, estiveram presentes nesta sessão. | JPO ■



IX PortoCartoon World Festival

escala mundial, nos mais diversos sectores da sociedade. O festival internacional de caricatura PortoCartoon realiza-se anualmente desde 1999, sendo considerado pela

Pohle foi a sua primeira presidente. Também interveio na criação da FECO Argentina. É presidente geral da FECO desde Junho de 2005, sendo convidada regularmente para festivais internacionais de Cartoon.

“O Humor de Ludo Goderis”

Integrado no PortoCartoon está ainda a exposição “O Humor de Ludo Goderis” que mostra cerca de uma centena de cartoons feitos pelo belga que venceu a escolha do público do PortoCartoon do ano passado. Ludo foi o autor do cartoon vencedor do terceiro prémio na edição de 2006 sobre a “Desertificação e Degradação da Terra”. A votação no “Prémio do Público” contou com a participação de milhares de pessoas que escolheram, através da Internet e no local da exposição, o seu desenho favorito, independente da escolha do júri do festival. A votação decorreu a nível mundial, no Museu Virtual do Cartoon (www.cartoon-virtualmuseum.org) com 29 concorrentes em disputa. Esta exposição pode ser visitada no Centro Comercial Dolce Vita, até fim de Julho. ■

A exposição do IX PortoCartoon, patente no Museu Nacional de Imprensa até 30 de Setembro, é composta por mais 350 trabalhos, incluindo premiados e menções honrosas, feitos por artistas de países tão distantes e diferentes com a Austrália, o Brasil, o Canadá, a China, o Egipto, a Índia, o Japão, a Indonésia, o México e a Coreia do Sul, entre muitos outros. Uma caricatura da pintora Paula Rego, feita pelo português António Santos, premiado com uma menção honrosa, também pode ser agora apreciada neste certame. O tema da “Globalização” atraiu a atenção especial dos cartunistas de todo o mundo traduzida na maior participação dos últimos anos. Com a escolha deste tema, o Museu Nacional da Imprensa pretende levar o público a reflectir, com humor e sátira, sobre o impacto que a Globalização vem tendo à

FECO um dos três principais certames de desenho humorístico do mundo. Todos os anos, é visto por milhares de visitantes no Museu Nacional da Imprensa e nas diferentes cidades por onde passa a exposição. O PortoCartoon pode ser visto no horário habitual do museu: todos os dias (incluindo domingos e feriados) das 15h às 20h.

“Tango”

A par da mostra do PortoCartoon pode ser vista a exposição “Tango” composta por trinta desenhos de autoria da Presidente da FECO. Marlene Pohle nasceu em Buenos Aires, na Argentina. Criou a Federation of Cartoonists Organizations (FECO) com alguns colegas holandeses e belgas. A partir daí começou a participar em festivais e concursos internacionais de humor. Em 1997 foi criada a FECO alemã, da qual Marlene

ARTES

Mostra de serigrafia em Angra do Heroísmo

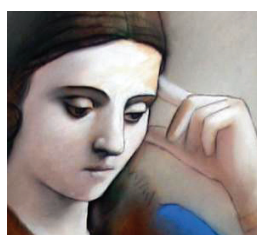


O IAC-Instituto Açoriano de Cultura apresenta uma mostra de serigrafias de artistas contemporâneos. A exposição tem lugar na sua recém inaugurada Galeria, instalada na sede do Instituto, ao Alto das Covas, na cidade de Angra do Heroísmo.

Estes trabalhos representam parte de um espólio que foi recentemente doado pelo Centro Português de Serigrafia. Segundo o Presidente da Direcção do Instituto, “o IAC sente um profundo agradecimento pelo gesto do Centro Português de Serigrafia, através de António e João Prates, que veio enriquecer de sobre maneira a colecção de arte deste Instituto. Dispor de espaço próprio, mesmo com as limitações desta galeria, significa para o IAC poder desenvolver algumas das suas programações sem condicionantes de agenda.” A exposição poderá ser visitada até ao dia 28 de Setembro nos dias úteis, das 10h00 às 12h30 e das 13h30 às 18h30. ■

Obras-primas do Museu Picasso em digressão mundial em 2008

As obras-primas do Museu Picasso de Paris (naturezas mortas cubistas, retratos de musas e outras esculturas célebres) partirão em digressão mundial em 2008. Madrid é



a primeira etapa de uma viagem que passará pelo Japão e, talvez, pela China para os Jogos Olímpicos. Uma “retrospectiva Picasso”, com cerca de 350 obras, vai partir a 29 de Janeiro de 2008 para o Museu Reina Sofia, informou Anne Baldassari, directora do museu. A exposição, cujo número de obras poderá ser alterado em função das instituições que a vão receber, vai circular por etapas de três meses. Neste momento estão em curso negociações para a levar até aos Estados Unidos e, em 2009, ao Brasil e Rússia. Esta digressão foi programada para uma fase de redefinição do museu, que encerra em Outubro de 2008, reabrindo no final de 2010. | AFP, 20/06/2007 ■

SERVIÇO EDUCATIVO

“Uma visita à Villa Romana do Rabaçal”

A ideia foi de Carlos Madeira, o design e a ilustração de Rita Madeira e as fotografias de Delfim Ferreira, António Pinto e Francisco Pedro. E assim nasceu “Uma Visita à Villa Romana do Rabaçal”, uma edição do Município de Penela, com o envolvimento dos arqueólogos Sónia Vicente, Ricardo Santos e Adelaide Gomes. Trata-se de um pequeno caderno muito simpático, que pretende levar o jovem visitante “até ao tempo em que esta villa tinha vida, mais ou menos por volta do ano de 360 depois de Cristo”. Como se pode ler na introdução, “é um guia para uma visita, com o pensamento em dois mundos: o dos romanos do século IV e o nosso século XXI”. Parabéns a toda a equipa e especialmente à Rita, pela sua criatividade. | JPO ■

